

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
MARIANA PIZZO DINIZ

**FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: TOLEDO E SUA CONFIGURAÇÃO
URBANA: CONTINUIDADES E RUPTURAS**

CASCADEL
2017

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG

MARIANA PIZZO DINIZ

**FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: TOLEDO E SUA CONFIGURAÇÃO
URBANA: CONTINUIDADES E RUPTURAS**

Trabalho de Conclusão do Curso de
Arquitetura e Urbanismo, da FAG,
apresentado na modalidade Teórico-
conceitual, como requisito parcial para a
aprovação na disciplina: Trabalho de Curso:
Qualificação.

Professora Orientadora: Arquiteta Me. Sirlei
Maria Oldoni

CASCADEL
2017

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
MARIANA PIZZO DINIZ

**FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: TOLEDO E SUA CONFIGURAÇÃO
URBANA: CONTINUIDADES E RUPTURAS**

Trabalho apresentado no Curso de Arquitetura e Urbanismo, do Centro Universitário Assis Gurgacz, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação da Professora Arquiteta Mestre Sirlei Maria Oldoni.

BANCA EXAMINADORA

Professora Orientadora
Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz
Profª Arqª Me. Sirlei Maria Oldoni

Professora Avaliadora
Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz
Profª Arqª Drª Solange Irene Smolarek Dias

RESUMO

O presente trabalho vincula-se à linha de pesquisa Planejamento Urbano e Regional, do Curso de Arquitetura e Urbanismo da FAG. O assunto congrega estudos referentes ao planejamento urbano e o tema engloba os aspectos relativos ao surgimento e história das cidades, planejamento, grupos humanos inseridos nesse espaço, mudanças e permanências do espaço urbano. A pesquisa teórica teve como problema a seguinte indagação: Na configuração urbana atual da cidade de Toledo, no Oeste do Paraná, identificam-se continuidades ou rupturas com a proposta de colonização e urbanização implantada no final da década de 1940? Considerou-se como hipótese que, levando em conta o atual traçado do desenho urbano e dos novos empreendimentos desenvolvidos em Toledo, supôs-se que existia, em partes, uma continuidade da proposta implantada pela empresa colonizadora, no final da década de 1940. O objetivo geral da pesquisa centrou-se em demonstrar se haveria continuidades ou rupturas, considerando o estudo da morfologia urbana e de seus elementos norteadores. Por conseguinte, este objetivo geral deu origem aos seguintes objetivos específicos: (a) sintetizar os fundamentos Arquitetônicos que embasam a formação do arquiteto urbanista integrados ao tema da pesquisa; (b) realizar a revisão bibliográfica como suporte teórico nas áreas de morfologia urbana e urbanismo (c) conceituar morfologia urbana definindo seus elementos de análise; (d) definir e historicizar o urbanismo, apontando seus conceitos e transformações ao longo dos séculos, com enfoque no meio urbano brasileiro; (e) analisar correlatos de estudos metodológicos semelhantes ao tema desenvolvido na pesquisa; (f) analisar o processo de colonização e urbanização da cidade de Toledo, no Oeste do Estado do Paraná; (g) levantar as diretrizes e princípios norteadores do processo de urbanização de Toledo a partir da análise dos planos diretores e de fontes primárias de pesquisa, como: Plano de Colonização, mapas, croquis e outros documentos que tratam desse processo; (h) comparar o traçado do desenho urbano atual de Toledo com o desenvolvido no início da colonização, no final da década de 1940; (i) avaliar se no processo de urbanização da cidade de Toledo houve continuidades ou rupturas no traçado do desenho urbano em relação ao implantado na gênese da colonização; (j) confirmar ou refutar a hipótese inicial, (k) divulgar os resultados em eventos científicos.

Palavras chave: Urbanismo. Morfologia Urbana; Toledo-PR.

LISTA DE SIGLAS E SÍMBOLOS

BNH - Banco Nacional de Habitação

CIAM - Congresso de Arquitetura Moderna

IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISUF – International Seminar of Urban Form

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TC CAUFAG – Trabalho de Curso do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro
Universitário da Fundação Assis Gurgacz, de Cascavel, Pr.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS NOS FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS	10
2.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	15
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E SUPORTE TEÓRICO.....	16
3.1 MORFOLOGIA URBANA	16
3.2 O URBANISMO, CONCEITOS E AS CIDADES	29
3.2.1 Urbanismo no Brasil	24
3.2 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	31
4 ABORDAGEM MORFOLÓGICA HISTÓRICA- GEOGRÁFICA.....	32
4.1 ABORDAGEM MORFOLÓGICA HISTÓRICA-GEOGRÁFICA NA ESCOLA INGLESA DE MORFOLOGIA.....	32
4.2 ESTUDOS CORRELATOS NA ABORDAGEM HISTÓRICO-GEOGRÁFICA.....	34
4.2.1 Alnwick, Northumberland, o estudo analítico do plano urbano.....	34
4.2.2 Os períodos morfológicos da cidade de ouro preto.....	35
4.2.3 A cidade de Nova Lima e a morfologia dos tecidos urbano.....	36
4.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	37
CONSIDERAÇÕES	39
REFERÊNCIAS	41
ANEXO A: Os principais planos urbanos da cidade de Alnwick.....	50
ANEXO B: Mapa elaborado por Conzen (1960), com o primeiro período morfológico da cidade de Alnwick, o anglicano.....	51
ANEXO C: Mapa com a evolução dos períodos morfológicos da cidade de Ouro Preto, Minas Gerais	52
ANEXO D: Mapa com a estrutura urbana de Nova Lima, Minas Gerais.....	53
ANEXO E: Mapa com os tecidos urbanos de Nova Lima, Minas Gerais	54

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho está vinculado à disciplina de Trabalho de Curso, do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, do Centro Universitário FAG – TC CAUFAG. A pesquisa em desenvolvimento vincula-se a Linha de Pesquisa denominada “Planejamento Urbano e Regional” que congrega estudos referentes às propriedades do planejamento urbano, e ao Grupo de Pesquisas que estuda os “Métodos e Técnicas do Planejamento Urbano e Regional” englobando os aspectos relativos ao surgimento e história das cidades, planejamento, grupos humanos inseridos nesse espaço, mudanças e permanências do espaço urbano.

O desenvolvimento desta pesquisa, que culminará com a produção do Trabalho de Conclusão de Curso, justifica-se pelas contribuições que a mesma poderá trazer para a ampliação da compreensão histórico morfológica do traçado do desenho urbano atual da cidade de Toledo, no Oeste Paranaense, considerando-se a proposta inicial do seu projeto de colonização e urbanização, iniciado no final da década de 1940.

No campo acadêmico, social, histórico, e profissional espera-se que a presente investigação possa contribuir com novas pesquisas locais e regionais, ampliando o referencial teórico sobre o assunto, além de possibilitar aos próprios cidadãos e cidadãs de Toledo e profissionais da área o acesso a um material sistematizado de sua cidade, ampliando a compreensão dos espaços para futuras intervenções no traçado de seu desenho urbano.

Considera-se, portanto, que o estudo proposto e a análise dos referenciais teóricos oportunizarão para outros profissionais da área da arquitetura e urbanismo, bem como profissões correlatas, aproximar-se de um referencial teórico e técnico sistematizado sobre uma região de urbanização relativamente recente e ainda carente de produções teóricas.

O problema gerador da pesquisa foi assim definido: na configuração urbana atual da cidade de Toledo, no Oeste do Paraná, identificam-se continuidades ou rupturas com a proposta de colonização e urbanização iniciada no final da década de 1940? E, como ponto de partida, tem-se como hipótese que, considerando-se a atual configuração urbana e dos novos empreendimentos desenvolvidos em Toledo, supôs-se que exista parcialmente uma continuidade da proposta da empresa colonizadora do final da década de 1940.

Deste modo, como objetivo geral a referida pesquisa quer demonstrar se haveria continuidades ou rupturas no atual traçado do desenho urbano da cidade de Toledo, em relação a proposta da empresa colonizadora, iniciada no final da década de 1940.

A partir desse objetivo geral tem-se os seguintes objetivos específicos: (a) sintetizar os fundamentos Arquitetônicos que embasam a formação do arquiteto urbanista

integrados ao tema da pesquisa; (b) realizar a revisão bibliográfica como suporte teórico nas áreas de morfologia urbana e urbanismo (c) conceituar morfologia urbana definindo seus elementos de análise; (d) definir e historicizar o urbanismo, apontando seus conceitos e transformações ao longo dos séculos, com enfoque no meio urbano brasileiro; (e) analisar correlatos de estudos metodológicos semelhantes ao tema desenvolvido na pesquisa; (f) analisar o processo de colonização e urbanização da cidade de Toledo, no Oeste do Estado do Paraná; (g) levantar as diretrizes e princípios norteadores do processo de urbanização de Toledo a partir da análise dos planos diretores e de fontes primárias de pesquisa, como: Plano de Colonização, mapas, croquis e outros documentos que tratam desse processo; (h) comparar o traçado do desenho urbano atual de Toledo com o desenvolvido no início da colonização, no final da década de 1940; (i) avaliar se no processo de urbanização da cidade de Toledo houve continuidades ou rupturas no traçado do desenho urbano em relação ao implantado na gênese da colonização; (j) confirmar ou refutar a hipótese inicial, (k) divulgar os resultados em eventos científicos .

Como Marco Teórico inicial e norteador do processo de investigação, partiu-se da seguinte afirmação:

Nem tampouco a cidade surge da ‘vila’ a partir do aumento da população, da extensão do sítio ou do aumento de sua densidade. Existem condições históricas específicas que explicam o surgimento da cidade e suas diferenciações espaciais. Esposamos a tese segundo a qual a cidade tem uma origem histórica: nasce num determinado momento da história da humanidade e se constitui ao longo do processo histórico, assumindo formas e conteúdos diversos. [...]. Ela é essencialmente algo *não definitivo*; não pode ser analisada como um fenômeno pronto e acabado, pois as formas que a cidade assume ganham dinamismo ao longo do processo histórico. A cidade tem uma história. A cidade é uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta, diferenciada, em função de determinações históricas específicas. [...]. Pode-se dizer, a princípio, que a cidade nasce da necessidade de se organizar um dado espaço no sentido de integrá-lo e aumentar sua independência visando um determinado fim. Isto é, a sobrevivência do grupo no lugar, e o rompimento do isolamento das áreas agora sob sua influência. (CARLOS, 2007, p. 56-7). [grifos no original].

O processo investigativo que originou este trabalho se configurou como um estudo de caso, com pesquisa de campo qualitativa de natureza aplicada. Sua classificação de dá como pesquisa bibliográfica e documental.

A opção pela pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico e documental justifica-se como a mais adequada e que maiores aberturas investigativas proporciona, dada as possibilidades da relação dialógica entre investigador e objeto investigado, além de uma maior flexibilização da estrutura de dados à medida que se avança na pesquisa de campo, como nos aponta Treviños (1987, p.132-3), ao afirmar que:

É interessante salientar, uma vez mais, que o pesquisador, orientado pelo enfoque qualitativo, tem ampla liberdade teórico-metodológica para realizar seu estudo. Os limites de sua iniciativa particular estarão exclusivamente fixados pelas condições de exigência de um trabalho científico. Este, repetimos, deve ter uma estrutura coerente, consistente, originalidade e nível de objetivação, capazes de merecer a aprovação dos cientistas num processo intersubjetivo de apreciação.

Para concretizar a proposta de investigação sobre o processo de colonização, povoamento e urbanização da cidade de Toledo, Paraná sem, no entanto, pretender-se exaurir sua análise, a pesquisa de campo, pelo viés do estudo de caso e a partir de um enfoque histórico e estrutural dessa realidade, pois essa metodologia permite, como destacam Lüdke e André (1986, p. 99), “compreender o objeto da pesquisa enquanto um fenômeno social, tanto em seus aspectos essenciais, quanto acidentais e as suas múltiplas faces, possibilitando uma relação dialética do pesquisador com a realidade pesquisada”.

A pesquisa bibliográfica, como aponta Santos (2000), é a pesquisa que organiza seus dados e informações por meio da leitura e análise de material já publicado em livros, periódicos, revistas, entre outros meios de divulgação, o qual possibilita o embasamento teórico necessário para a compreensão da realidade local em suas múltiplas dimensões.

Na pesquisa bibliográfica, o método utilizado foi o método dialético, pois como define Triviños (1987, p.125) é o método “capaz de assimilar as causas e consequências dos problemas, suas contradições, suas relações, suas qualidades [...] e realizar através da ação um processo de transformação da realidade que interessa”.

Na perspectiva da pesquisa documental se buscou por fontes primárias sobre a história e memória de Toledo, como mapas, planos diretores, relatórios da colonizadora, bem como por outros documentos pertencentes ao acervo do Museu Histórico Willy Barth de Toledo, dos arquivos privados da empresa Colonizadora Maripá e da Prefeitura Municipal de Toledo, dentre outras fontes que foram surgindo à medida que se avançavam as investigações e o levantamento das fontes de pesquisa.

Para a análise documental foi considerado que sua produção material não se separa da produção cultural de quem os elabora, tornando presente seu arcabouço cultural, composto por crenças, valores, princípios éticos e estéticos, como afirmam Cintra *et al.* (2002, p.46), ao observarem que:

Quanto às linguagens documentárias, é necessário que sejam vistas, simultaneamente, como sistemas e como práticas sociais com todas as suas implicações que vão de seu aspecto material, consubstanciado em cadeias de unidades, à sua natureza comunicativa que pressupõe acordo entre sujeitos que dela se valem. Neste sentido, uma carta não se apresenta como uma construção universal,

que segue princípios únicos, mas reflete práticas sociais distintas relacionadas não só às necessidades específicas de informação dos vários segmentos sociais mas também aos vários consensos que os caracterizam.

Caracterizou-se, deste modo, a proposta de pesquisa que gerou a produção textual, ora apresentada, sobre a existência de continuidades ou rupturas no processo de colonização e urbanização da Cidade de Toledo, no Oeste do Estado do Paraná, comparando-se seu atual traçado urbano com o proposto no início da colonização em fins da década de 1940.

Frente aos resultados encontrados, o Trabalho de Curso está organizado em quatro capítulos, sendo que o primeiro trata das aproximações teóricas nos fundamentos arquitetônicos para a formação do arquiteto urbanista.

No segundo capítulo encontram-se explicitados os conteúdos referentes à revisão bibliográfica e o suporte teórico que possibilitaram a compreensão dos princípios de análise morfológicos e urbanos, discutindo seu surgimento como campo do saber e sua história, assim como a fundamentação do urbanismo desdobrando-se no urbanismo no Brasil

O quarto capítulo apresenta a abordagem morfológica histórico-geográfica e descreve alguns correlatos metodológicos de estudos de morfologia urbana, que utilizam de tal abordagem, os quais contribuíram para o embasamento teórico das metodologias de análise sobre o tema do trabalho.

As Considerações, por sua vez, contemplam os resultados alcançados frente ao tema pesquisado até o momento e a análise do compilado de referenciais teóricos como a base conceitual do desenvolvimento da pesquisa e suas respectivas relações como o tema escolhido. Além disso, ressalta-se a complementação do presente trabalho ao longo das etapas seguintes da pesquisa.

2 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS NOS FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS

O estudo da Arquitetura e da constituição dos espaços urbanos, em suas Histórias e Teorias, não deve perder de vista que estes são construções históricas, dotadas de formas e modelos criados por seus habitantes e, como elemento vivo, sofrem as influências dos contextos históricos, sociais, econômicos e culturais. (CARLOS, 2007).

Assim, a Arquitetura para Dias (2005, p.3) é a “arte ou ciência de projetar espaços organizados por meio do agenciamento urbano e da edificação, para abrigar os diferentes tipos de atividades humanas”. Já Zevi (2009) e Colin (2000) definem que Arquitetura se mostra em constante processo de mudança, acompanhando a evolução humana, criando os espaços e obras que atendam as necessidades e objetivos para os quais foram criados, primando pela estética, a fim de produzir o melhor efeito possível ao olhar humano.

Para Coelho Neto (1999), o objeto da Arquitetura é a produção do espaço, compreendido em seus sete eixos organizadores, mas não separadas da arte e da criatividade enquanto Lamas (1993) disserta apontando que a Arquitetura é um campo de saber preciso, cujo objeto é a criação dos ambientes mais propícios à vida humana nos mais diferentes níveis, considerando as necessidades espaciais do homem, com uma intenção estética.

Argan, (1998, p. 1) aponta que “[...] no interior da cidade, tudo se realiza segundo uma *techné* cujo modelo é o processo que realiza a obra de arte. O espaço urbano é o espaço de objetos (ou seja, de coisas produzidas)”, implicando que a valorização daquilo que compõe os espaços urbanos estão para além daquilo que seja o traçado externo de seu espaço de modo a completar a ideia de construção humana.

Assim, a História da Arquitetura segundo Glancey (2001, p. 7), “é a história de como conseguimos abrigo. Todos vivemos e trabalhamos em edificações.[...] A arquitetura é um tema vasto, que abrange a história da civilização; assim, apesar de ter feito o melhor possível, ele não pode ser verdadeiramente abrangente”.

Retomando a História, Pevsner (1982, p. 12) relata que a Arquitetura grega atingiu o máximo da beleza plástica com seus templos, valorizando-se mais o seu exterior do que o interior, enquanto que os romanos deram prioridade aos edifícios, substituindo os edifícios isolados por agrupamentos de edificações e com fundamentos calcados não mais nas colunas isoladas dos gregos e sim “em pesados pilares quadrados que sustentam os arcos”.

Mais adiante, na Idade Média, com o surgimento dos feudos no século V e a diminuição da importância das cidades, a preocupação com as invasões bárbaras fez das construções residenciais uma mistura de abrigo para o ser humano e para suas ferramentas e animais. Após o ano mil, no entanto, as cidades voltam a ter importância, desenvolvendo-se

em construções diversas, cuja influência ainda se faz notar nas cidades contemporâneas. (BENEVOLO, 2012; BENEVOLO, 2015).

Na Renascença dos séculos XIV à XVI, marco inicial da Idade Moderna, as cidades revelam-se como espaços ideais, construídos em bases racionais com intensas atividades comerciais e culturais, moldada com amplos jardins e praças, em formas geométricas e escalonadas. De acordo com Glancey (2001), é neste período que surge o desenho em perspectiva, mudando definitivamente os rumos da Arquitetura.

Todavia, Gombrich (1999) afirma que os arquitetos dessa época, embora já manifestassem preocupação com estilos arquitetônicos, ainda mantinham-se presos aos modelos clássicos de templos greco romanos de períodos decadentes.

Foi com a Revolução Industrial, a partir de 1760, quando as formas tradicionais de organização do trabalho, e da sociedade com o um todo, sofreram mudanças profundas que a arquitetura urbana é afetada de forma visível, como aponta Farret (1985), exigindo uma nova ordem do espaço urbano e do papel dos arquitetos.

A Arquitetura possuía agora um sentido prático de existir, deixando de lado o entendimento de seu papel puramente decorativo nas construções, e como afirmado em Frampton (2000), exigia-se do profissional um posicionamento reflexivo do seu estudo, como mais adiante se observará com a proposta de Donald Shön.

Em termos de História da Arquitetura brasileira Segre (2004) disserta que não difere do restante do mundo, tendo sido condicionada pelas contradições dos processos socioeconômicos, pois o surgimento das políticas de incentivo à industrialização do país no começo do século XX, não considerou o planejamento urbano com a devida importância, como também não se pautaram nos fundamentos arquitetônicos para planejar a cidade industrial que surgia.

Assim, embora ao longo da História da Humanidade observem-se diferentes escolas ou concepções arquitetônicas, deve-se considerar que estas estiveram atreladas a seus contextos sociais, políticos, econômicos e religiosos, os quais moldaram o imaginário humano, produzindo espaços físicos e objetos que o alimentavam. (ARNHEIM, 2002).

O processo de criação desses espaços está diretamente ligado aos projetos, para os quais Montenegro (2001, p.6) adverte sobre a necessidade de se compreender que o desenho é bidimensional, simbólico, sem movimento, não reflete a escala humana e muito menos representa o espaço, não reflete a luz, os sons, cores e cheiros, pois o “projeto arquitetônico é a casca seca e miniaturizada de uma fruta, ainda que possa crescer e ter vida, ao ser construído

e servir de abrigo às pessoas”, sendo uma ideia, resultado de uma expressão criativa traduzida em desenho.

Em contínuo, Wong (2010) aborda que, embora elementos conceituais estejam presentes num dado objeto caracterizando-o, os mesmos não são visíveis, não existem na realidade, deixando de ser conceituais.

No entanto, para Neufert (2013) e Neves (2012), o projeto é elemento essencial para uma edificação, exige que sua elaboração receba cuidados e atenção para com diversos fatores e elementos constitutivos, para que se evitem erros insuperáveis ou, até mesmo a inviabilidade do empreendimento.

Mascaró e Mascaró (2005) ressaltam que os projetos urbanísticos e paisagísticos devem considerar os aspectos biológicos e ambientais, como é o caso das vegetações que compõem os espaços urbanos, integrando os elementos construídos com a vegetação natural ou com a escolha de espécies compatíveis com as condições ambientais locais, de forma harmônica e sustentável.

Ainda, ressaltam-se as considerações de Niemeyer (2005, p. 20), acerca da Arte de Projetar, quando afirma que “não podia compreender como, na época do concreto armado que tudo oferecia, a arquitetura contemporânea permanecesse com um vocabulário frio e repetido, incapaz de exprimir aquele sistema em toda a sua grandeza e plenitude”, referindo-se ao fato de que a funcionalidade é um fator relevante na concepção do projeto arquitetônico. Entretanto, não pode se constituir como fator ingessante do processo criativo, o qual impede que a liberdade criadora, própria da arte de projetar, se manifeste.

Em relação às cidades, Carlos (2007) afirma que é preciso considerar suas peculiaridades, sua gente, seu contexto, sua função e como única e múltipla ao mesmo tempo. Em seus limites se inserem diferenças e singularidades, textos e contextos, rupturas e continuidades, usos e desusos, agitações e calmarias, cheiro de mato e cheiro de carbono e pensar a cidade assim é pensar em todos os antagonismos possíveis de estarem presentes nesse espaço.

No processo de construção histórica das cidades Munford (1998) nos remete ao surgimento da realeza como origem das cidades e Coulanges (1954), por sua vez complementa afirmando que a origem das cidades remonta ao período pré – homérico, quando pequenos grupos humanos juntaram-se a outros, diversas famílias unindo-se

formaram as *fratrias*¹ e estas se unindo formaram as tribos que, ao firmarem alianças garantindo que cada tribo teria seu culto religioso respeitado, deram origem às primeiras cidades.

As análises e estudos de Harouel (1990), por sua vez, dão conta de que ao longo da História, cada período e cada cultura se preocuparam com a organização dos espaços urbanos, considerados coletivos, e desenvolveram seus sistemas de organização e regras de construção e habitação próprias.

De suas origens aos tempos atuais os espaços urbanos se constituíram seguindo diferentes processos e nas cidades “os contrastes podem chocar [...]. O uso diferenciado da cidade demonstra que esse espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória. A desigualdade espacial é produto da desigualdade social”. (CARLOS, 2007, p. 22).

Em termos de processos de urbanização no Brasil, Macedo (2003) e Caldeira (2007) descreve que a suplantação do modelo colonial se deu durante o século XIX, consolidando-se no início do século XX, pelo padrão europeu, especialmente no período republicano, com a preocupação da criação de espaços saudáveis e dotados de infraestrutura voltada às necessidades da vida moderna das elites.

Também, Rio (1990, p. 19) apresenta a segunda metade do século XX como um período de mudanças na área do planejamento urbano provocadas por críticas dos profissionais e pesquisadores acadêmicos que geraram a possibilidade do Desenho Urbano se constituir como um campo de conhecimento.

Outra contribuição sobre o desenvolvimento urbano no Brasil é apresentada por Maricato (2002) que aponta a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) integrado ao Sistema Financeiro da Habitação, fruto do Regime Militar iniciado em 1946, como um fator que impulsionou o processo de urbanização brasileiro com a ampliação da população urbana que, em apenas sessenta anos, atingiu casa dos 125 milhões de pessoa.

Tal desenvolvimento, no entanto, tornou-se um processo antagônico, pois embora seja um caminho para a modernização, ao mesmo tempo tem contrariado a superação do Brasil arcaico, com suas mazelas sociais, representadas pelas favelas e sub moradias, pela ocupação desordenada, sem planejamento e sem condições básicas de saneamento, pois a explosão imobiliária da classe média e alta brasileira não foi acompanhada de um desenvolvimento nas demais camadas sociais.

¹ As fratrias eram agrupamentos humanos que formavam as comunidades gentílicas os quais se dispunham na ajuda mútua para a realização das produções agrícolas e nas colheitas. Ver mais sobre esses grupos em Coulanges (1954).

Uma ocupação urbana desordenada e sem controle afeta as condições ambientais de modo irreversível em alguns casos, pois elementos fundamentais do desenho urbano não são considerados, como a organização dos quarteirões sem ruas de penetração, ou mesmo as áreas de sombreamentos e a própria arborização urbana. (MASCARÓ, 2005).

A análise da realidade que se apresenta no século XXI demonstra que a situação não é simples de ser resolvida e a posição do profissional arquiteto urbanista fica numa encruzilhada, cabendo-lhe uma tarefa imprescindível, fazendo da cidade um problema pessoal. (BENEVOLO, 2015; LAMAS, 1993).

Ao se pensar a cidade em todas as suas dimensões é mister considerar que seu traçado, sua dimensão, seu contorno, suas particularidades e generalidades, sua constituição como espaço de criação de identidades deve causar um prazer especial aos que a observam em seu panorama, pois, “cada cidadão tem vastas associações com alguma parte de sua cidade, e a imagem de cada um está impregnada de lembranças e significados”. (LYNCH, 1997.p. 1).

Vale destacar que o papel da Arquitetura e Urbanismo são decisivos, como ressalta Corbusier (2000, p. 90), ao afirmar que é “por meio da arquitetura e do urbanismo, que os locais e as paisagens podem entrar na cidade, ou nela ser um elemento plástico e sensível decisivo”, pois sendo móvel, única e diversa ao mesmo tempo “com o tempo cresce sobre si mesma e adquire consciência e memória de si mesma”, como aponta Rossi (2001, p. 2).

Segundo Rebello (2000), destacam-se os papéis dos profissionais responsáveis por pensar e planejar os espaços urbanos, porém, em oposição como afirmado em Romero (2000), embora se tenha buscado uma compreensão mais humanística da Arquitetura e do Urbanismo, é factível a não consideração de elementos básicos no processo de formação dos traçados urbanos, seja no Brasil como no mundo, por interesses financeiros que se auto justificam. Nesta perspectiva, o uso de diferentes materiais na Arquitetura não deve estar somente relacionado ao que se deseja como resultado financeiro, mas é preciso considerar diversos outros aspectos como o ambiental, o histórico, o social, o econômico e o estético final, fruto da criatividade artística dos profissionais da Arquitetura.

Desse modo, a utilização de materiais como aço e concretos, por exemplo, em novos modos de utilização passam a contribuir para a formação de novas paisagens urbanas, mais humanizadas, sustentáveis e com efeitos estéticos harmoniosos, como apontadas por Dias (2001) e Hough (1998).

2.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Nota-se, como discorrido no presente capítulo, o entrelaçamento dos saberes entre o planejamento urbano, histórias e teorias, projetos e tecnologias na área da arquitetura. Objetivou-se a inserção destes pilares que embasam a formação acadêmica de arquitetos e urbanistas, com foco principal na área de urbanismo e planejamento urbano, base teórico conceitual da presente pesquisa em desenvolvimento.

3.0 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E SUPORTE TEÓRICO

O presente capítulo reúne a revisão bibliográfica e suporte teórico da pesquisa em questão e desdobra-se nos estudos relacionados à morfologia urbana e seus respectivos elementos de estudo. No urbanismo, considerando a história e evolução das cidades, com enfoque nas experiências urbanísticas brasileiras.

3.1 MORFOLOGIA URBANA: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

A palavra Morfologia tem origem no termo grego *morpho*, que significa forma, aparência, e *logos*, cuja ideia expressa um estudo, tratado, sendo empregado em diversas áreas do conhecimento. (REGO E MENEGUETTI, 2011).

Inicialmente, empregou-se o termo em estudos de ciências biológicas como afirmam Simões, *et al.*(2014), cujo significado exprime, segundo aponta Ferreira (1999), o estudo das formas, ou, então a história da variação das formas de um ser vivo.

Aplicando-se este conceito na área do urbanismo, tem-se a definição de Morfologia Urbana, conforme aponta Costa e Netto (2015). Trata-se do estudo da forma dos centros urbanos resultante das ações da sociedade sobre o meio, um produto físico, representado por lotes, quadras, ruas, entre outros elementos, que pode ser edificado e transformado pelo ser humano. (GAUTHIER; GILLILAND, 2006; PEREIRA, 2012).

Outra possível definição de Morfologia Urbana, encontrada em Moundon (1997) e em Lévi Strauss² (1955), a aponta como o estudo da cidade, entendendo-a como um habitat humano, a mais complexa intervenção humana, a conjunção entre natureza e artefato.

Considerando tais definições, de acordo com Costa e Netto (2015) é importante que se destaque a relação intrínseca entre morfologia urbana e a ocupação do solo, pois a edificação, o parcelamento e os espaços livres³ refletem a intenção humana e as demandas da sociedade em cada período, o que acarreta modificações no traçado urbano, isto é, nas vias, praças, quadras e suas consequentes subdivisões em quarteirões e lotes.

Assim, o passado e o presente, conforme aponta Lynch (1997) e Pillsbury (1970), estão materializados fisicamente nos centros urbanos, remetendo a uma cronologia das construções e das características de cada sociedade. Logo, de acordo com Mugavin (1999), se

² Claude Lévi-Strauss(1908-2009) foi um antropólogo, etnólogo e professor francês. Produtor de uma vasta obra, Lévi-Strauss foi o criador da antropologia estrutural.

³ Define-se espaços livres como todo espaço dentro dos limites urbanos e em seu entorno, que necessariamente não são cobertos por edifícios, como por exemplo as praças. (MAGNOLIA, 2006).

a questão da temporalidade é apresentada pela ação do tempo sobre o espaço urbano, existem instrumentos que podem fornecer ao homem o entendimento e percepção do seu entorno.

A morfologia urbana, neste sentido, atua como um instrumento, cujos métodos separam estas camadas que compõem a forma urbana. Está, entendida como toda entidade material que provém de elementos (ruas, quadras, espaços livres...) e relações materiais Holanda *et all.* (2000). Logo, a separação destas camadas possibilita ao homem compreender o espaço em que ele vive como um produto dinâmico urbano que a cada dia possui novas formas e traçados. (LAMAS, 1993).

Em sendo assim, Costa e Netto (2015) e Macedo (2012), apontam que os fatores dinâmicos da configuração urbana, isto é, a forma como a cidade está organizada, setorizada e disposta sobre o terreno, se constituem nas características da sociedade urbana local e, portanto, compreender o espaço requer, primeiramente, uma compreensão holística de todos os fenômenos que permeiam esta sociedade local.

Para Lamas (1993), os morfologistas, entendidos como os estudiosos da morfologia urbana, centram os resultados das pesquisas nas forças sociais e econômicas como fatores que direcionam e delimitam o futuro das cidades, pois a concretização das ideias e intenções só ocorre à medida que estas tomam forma. Além disso, hoje, desenhar e intervir em uma cidade requer a compreensão e o conhecimento da cidade antiga e moderna, as suas morfologias e processos de formação. (PAWSON, 1987).

Atualmente, esta preocupação para com a organização e manutenção futura das cidades, especialmente considerando as modificações da forma urbana, corroborou para o desenvolvimento de diversas pesquisas no âmbito da morfologia urbana que culminaram em inúmeras conferências e seminários, como por exemplo, o Seminário Internacional da Forma Urbana⁴ (ISUF), criado logo após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) com o intuito de criar um ambiente propício à discussão, prática e pesquisa sobre a forma urbana das cidades, gravemente afetadas pelas disputas. (ISUF, 2004).

As discussões são pautadas em uma base teórica comum, que de acordo com Moudon (1997, p. 7) entende que “a cidade pode ser lida e analisada através de sua forma física” que é configurada pelos espaços livres, parcelamento do solo, organização das vias e das edificações, compreendidos em quatro níveis de análise: “edifício/parcela, à rua/quarteirão, à cidade, e à região”, que a entende como uma composição histórica, que está em constante

⁴ Em tradução livre da autora: **ISUF 2017** (24º Seminário Internacional da Forma Urbana) acontecerá entre os dias 27-29 de Setembro de 2017, em Valência, Espanha. O tema principal da conferência será “Cidade e território na era da globalização”. Para mais informações, acessar o site oficial do Seminário disponível em: <<http://valencia2017isufh.com/>>.

evolução. A sociedade modifica e constrói a cidade, portanto, esta é o resultado de transformações sociais (Rossi, 2011). O modo como esses elementos se organizam é o objeto comum de estudo dos morfologistas (REGO; MENEGUETTI, 2011, p. 125).

No entanto, apesar deste nos princípios teóricos e no objeto de estudo, existem três correntes analíticas, escolas ou linhas de estudo da morfologia urbana: a Escola Francesa, a Escola Italiana e a Escola Inglesa. Porém, de acordo com Costa e Netto (2015), são duas as principais linhas tradicionais de investigação: a italiana e a inglesa.

A escola italiana, conforme discorre Cataldi, Maffei e Vaccaro (2014), o arquiteto e urbanista italiano Saverio Muratori⁵ (1910-1973) foi seu grande precursor, influenciando a arquitetura e o urbanismo do seu país. (MARETTO, 2012). Essa escola possui uma abordagem tipológica projetual, busca compreender a morfologia urbana e a tipologia do edificado (OLIVEIRA, 2016, p. 70). Além disso, almeja pela “teoria do desenho da cidade”, abordagem de cunho prescritivo que, a partir da análise da cidade e de suas tipologias, procura determinar como ela deve ser planejada (COSTA, NETTO, 2015, p. 135-152).

Quanto à escola inglesa de morfologia urbana, de acordo com Whitehand (2001), seu surgimento se deu a partir dos estudos de Michael Robert Gunter Conzen⁶ (1907-2000), cuja pesquisa foi resultante da análise da pequena cidade comercial de Alnwick, na Inglaterra em 1960. (MUNDON, 1997). Possui uma abordagem histórico-geográfica (OLIVEIRA, 2016, p. 65), e estabelece estudos voltados à propósitos descritivos explicativos, com objetivo de desenvolver uma “teoria da construção da cidade” e entender as razões que levaram as cidades a serem como são (COSTA; NETTO, 2015)

Os estudos e métodos desenvolvidos por Muratori e Conzen, são estudos clássicos que estimularam diversos pesquisadores a seguirem suas ideias. No caso da escola italiana, os primeiros estudos estimularam os trabalhos de Caniggia, Maffei, Cataldi, entre outros (COSTA; NETTO, 2015), já, os estudos do precursor da escola inglesa, lançou bases para o estudo de Whitehand, Terry Slater, Larkham, Samuels, Karl Kropf, entre outros (OLIVEIRA, 2014, p.103).

⁵ Para mais informações consultar “*Vita e storia della città*”, ensaio fundamental de Saverio Muratori, elaborado em 1950 a respeito de seus estudos sobre a morfologia urbana.

⁶ Mais detalhes ver em Curriculum Vitae M.R.G. Conzen, disponível em: < <http://www.birmingham.ac.uk/Documents/college-les/gees/MRGConzenCV.pdf> > .

3.2 O URBANISMO, CONCEITOS E AS CIDADES

O termo “urbanismo” deriva do latim *urbe* como afirma Lima e Cordão (2009), e apesar de se tratar de um neologismo criado para nomear uma disciplina que se apresenta como uma ciência e uma teoria da cidade, o urbanismo, como afirma Harouel (1990), por extensão e conceito, engloba o estudo do surgimento dos primeiros núcleos urbanos. De acordo com Coulanges (1954, p.189), “[...] a cidade não aparece como agregado de indivíduos, mas como confederação de muitos grupos constituídos antes de seu nascer, e pela cidade deixados subsistirem”. Portanto, depreende-se que a história do urbanismo está intrinsecamente ligada a história humana, sua ocupação e desenvolvimento durante os séculos.

Conforme discursa Benevolo (2015; 2013), as primeiras cidades surgiram com as sociedades paleolíticas e neolíticas⁷, e, apesar de se apresentarem com um núcleo urbano pouco definido, estas aglomerações urbanas fixas já propunham uma inter-relação entre os grupos sociais através da subsistência por meio da agricultura e do pastoreio (RODRIGUES, 2003).

Perpassando séculos de história e evolução, dentre os quais citamos importantes civilizações, como a Etrusca entre os séculos VI e VII, a Mesopotâmica e a Sumeriana⁸, no segundo milênio a.C., já propunha-se certa organização urbana, como aponta Benevolo (2015, p. 27), pois “o terreno da cidade já era dividido em propriedades individuais entre os cidadãos, ao passo que o campo era administrado em comum por conta das divindades”. Na civilização egípcia, de acordo com Mann (2006), em sequência, percebe-se a figura religiosa e sagrada realçadas na construção das cidades em pedras, imutáveis e eternas. Por conseguinte, o surgimento dos agrupamentos urbanos no extremo oriente - Índia, China, Indochina e ilhas próximas -, mais tardios, foram constituídos a partir dos grandes rios, canalizados e utilizados na agricultura (COELHO, 2011).

Percebe-se assim, como afirma Benevolo (2015), Cardoso (1990) e Ferreira (1993), que um importante elemento comum que possibilitou o surgimento destes centros urbanos

⁷ Pode-se definir a pré-história como o período que antecedeu o surgimento da escrita, portanto, data-se aproximadamente 4000 a.C. Compreendido no espaço de tempo da pré-história, o período paleolítico (2,5 milhões de anos atrás) caracteriza-se pela nomadismo, ou seja, a constante migração dos grupos humanos entre regiões em busca de alimentos, uma vez que suas atividades de subsistência eram a caça, a coleta e pesca. A habitação do homem paleolítico eram cavernas, e seus instrumentos de trabalho rudimentares, feitos de pedra e ossos. Posteriormente, ainda dentro da cronologia pré-histórica, o período neolítico, iniciado no décimo milênio a.C., já pressupõe certa evolução, propondo o surgimento da agricultura e do pastoreio.

⁸ Um dos maiores legados da civilização Sumeriana foi o desenvolvimento da escrita cuneiforme, possibilitando o desenvolvimento comunicação e uma escrita complexa e racional (LION; MICHEL, 2011).

foram os rios, canalizados e manipulados para a agricultura, atividade que proporcionou a subsistência e fixação destes agrupamentos.

Na antiguidade, segundo Funari (2002) duas grandes civilizações: a grega e a romana. Neste primeiro caso, a Grécia, postulada como o berço da civilização ocidental, é base para estudos filosóficos⁹, históricos, sociológicos, mas também urbanos, pois como afirma Harouel (1990), dois importantes conceitos surgem a partir da cidade livre grega: o de *pólis*¹⁰ e de espaço urbano, sendo este último, de acordo com Benevolo (2015), expresso por um novo organismo de convivência civil, no qual a cidade é compreendida como um organismo único inserido em um ambiente natural, e, mutável, até a sua estabilidade.

Dentre os princípios que compõem este espaço urbano, destacam-se o rigor do traçado geométrico, as ruas estreitas e sinuosas, aquedutos subterrâneos, a ágora – praça de discussão política (REALE; ANTISERI, 1990) -, os templos da Acrópole, cidade alta, e as muralhas, da cidade baixa. Assim, a importância da organização urbana na Grécia Antiga para a compreensão da evolução das cidades é imensurável, pois as regras do urbanismo grego serviram como base para as civilizações seguintes (BENEVOLO, 2015).

Em sequência, perpassa-se o urbanismo romano, cuja principal característica é a disposição urbana geométrica através de dois eixos ortogonais: o *cardus* e *decumanus*¹¹. Como afirma Harouel (1990), Morris (1979) e Benevolo (2015), o desenho urbano das cidades romanas é caracterizado pelo seu sistemático traçado ortogonal, uma característica urbana aprimorada e reproduzida da cultura grega. Dentre os principais elementos urbanos da Roma antiga, considerando as atividades políticas, econômicas e sociais dos cidadãos romanos, destacamos o fórum, as habitações – *domus* e *insulae*¹² –, as muralhas, equipamentos públicos, entre outros.

⁹ Como afirma Chauí (1998, p.20-21), “a filosofia, entendida como aspiração ao conhecimento racional, lógico e sistemático da realidade natural e humana [...], é um fato tipicamente grego. [...] Por causa da colonização europeia das Américas, nós também fazemos parte [...] do ocidente europeu, e assim também somos herdeiros do legado que a filosofia grega deixou para o pensamento ocidental europeu”.

¹⁰ A *pólis* grega, cidade-estado independente como afirma Chauí (1998), define-se por uma comunidade de cidadãos, uma associação com caráter moral, político e religioso.

¹¹ “A delimitação do perímetro da cidade e o seu traçado obedeciam a um ritual religioso, a uma ordem sagrada. [...] A cidade orienta-se de este a oeste – no sentido do nascer ao pôr do sol -, interligando-se a uma ordem cósmica e universal. Os dois eixos principais – o *Decumanus maximus*, O/E; e o *Cardus*, N/S – encontram-se no centro, lugar geométrico da área construída. O traçado de dois eixos fundamentais é um gesto “quase cósmico” de ocupação do território e que perdurará no modo de desenhar cidades em épocas posteriores. (LAMAS, 1993, p. 144)

¹² A *domus* era a casa rústica romana adaptada às condições urbanas. Como aponta Grimal (1993, p.224) tratava-se da moradia de pessoas mais abastadas, com cômodos amplos e arejados, conectados a um amplo pátio central. Em contrapartida, a *insulae* traduz-se para a nossa concepção moderna de apartamentos, no entanto, este tipo de moradia destinava-se às pessoas de baixa renda, que arrendavam os espaços e os ocupavam em grande número. (MARCHI, 1995, p.11).

É importante salientar, conforme apontado por Harouel (1990) que tanto o urbanismo grego quanto o urbanismo romano não representam uma ruptura, mas a sim a continuidade. A estrutura urbana grega, suas preocupações estéticas compreendem noções e princípios que originaram o urbanismo romano e de todo o mundo ocidental.

A evolução urbana segue da cidade antiga para a cidade clássica, e durante o período da Idade Média¹³, na Europa, promove-se um grande crescimento urbano, no qual se formam grandes aglomerações que nos séculos seguintes fomentaram a gênese de importantes cidades modernas. De acordo com Block (1982), Gueddes (1994) e Le Goff (1992), apesar das invasões bárbaras, a principal instituição do período que é a Igreja resguarda a vida urbana, sufocada no interior dos feudos. Com o fim das invasões viabilizou-se o crescimento demográfico, a retomada da atividade comercial e da produção econômica, fatores fundamentais para o processo de reurbanização. Surgem assim importantes cidades, com características comerciais - os burgos -, religiosas, além do pleno desenvolvimento das aglomerações já existentes. Quanto à morfologia urbana medieval Harouel (1990), Morris (1979) e Benevolo (2015), apesar de em um primeiro momento ocorrer um rompimento com o quadriculado romano, gerando traçados irregulares e espontâneos, a partir da metade do século XII, observa-se uma retomada da organização urbana medieval com a expansão demográfica dos aglomerados populacionais.

Por conseguinte como afirma Glancey (2001), Lacaze (1993) e Pereira (2010), com o Renascimento, além da retomada dos conceitos clássicos da antiguidade da arquitetura e nas artes, cria-se um ambiente propício para a gênese do urbanismo classicista e sua definitiva ruptura com o estilo medieval de projetar as cidades. Berço deste vasto renascimento cultural, como afirma Harouel (1990), a Itália do século XV, tratando-se do urbanismo especificamente, revelam importantes teóricos, como Alberti¹⁴ e Filarete¹⁵.

Pautado nos conhecimentos de Vitruvius (2006), Alberti avança em um aspecto inovador para o período, mas que atualmente permeia a produção do espaço urbano: a estética da cidade. Segundo afirma em seu tratado de urbanismo, *La readificatoria*, assim como em sua arquitetura, as aspirações estéticas de uma época devem estar presentes não somente nas

¹³ Período da história entre os séculos V e XV. Recebe este nome, pois se trata de um intervalo entre a Antiguidade Clássica e o Renascimento. Costuma-se aferir a este período uma regressão nas produções artísticas, pois o domínio social da época permanecia nas mãos da igreja Católica. Na arquitetura, o Estilo Gótico representa o esplendor religioso com suas catedrais amplas e decoradas. Para mais informações, sugere-se o livro História da Arquitetura de Jonathan Glancey.

¹⁴ Leon Battista Alberti nasceu em Génova, Itália, no dia 14 de Fevereiro de em 1404. Alberti foi essencialmente um arquiteto, porém desempenhava outras atividades, como a pintura, escultura, composição, poesia, dramaturgia, matemática e filosofia. (KRUGER, 2015).

¹⁵ Antonio di Pietro Averlino nasceu na cidade de Florença, Itália, no ano de 1400. Desempenhou a profissão de escultor, engenheiro, arquiteto e teórico da arquitetura no período do Renascimento. (KRUGER, 2015).

fachadas de edifícios, mas também na paisagem urbana, pois como afirmado por Harouel (1990, p. 44-45) e Cullen (1983;2006), nos textos de Alberti aparecem pela primeira vez “a ideia de que a estrutura de um edifício ou de uma cidade pode depender de um conjunto de considerações racionais que possuem sua lógica própria”. Outro arquiteto de destaque e responsável pela invenção de traçados urbanos a partir de um plano radiocêntrico foi Filarete, cujo modelo desenvolvido foi adaptado para diversas outras capitais europeias.

Ressalta-se ainda na morfologia estética das cidades renascentistas segundo Morris (1979), a preocupação para com a retitude das ruas, fator intrinsecamente ligado à beleza urbana e seu desenho geométrico. Soma-se ainda, de acordo com Pereira (2010), a regularidade das fachadas e a presença do meio natural, principalmente o elemento líquido, presente na construção urbana do meio. As transformações que permeiam a evolução do urbanismo até o século XIX marcam, não só o aprimoramento da política urbana, com o surgimento de diretrizes, planos e direitos urbanísticos, mas também um registro das condições históricas, sociais, econômicas e políticas destes agrupamentos urbanos, compreendendo a sua forma urbana como um produto desta sociedade de uma determinada época.

Com a Revolução Industrial no século XVIII XIX, ocasionada pela explosão demográfica das cidades além de outros inúmeros fatores como o progresso técnico, a criação da máquina à vapor e a descoberta da eletricidade. Para Nuttgens (1997) e Hobsbawm (2009), a vida urbana transfigura-se, os bairros e lotes subdividem-se para acomodar o grande número populacional. Surgem bairros de periferia, e estes, apesar de afastados dos grandes centros, tornam-se locais de passeio para a aristocracia e da burguesia, que afastassem a super ocupação das áreas centrais por trabalhadores que fornecem a mão de obra para as nascentes indústrias. (HAROUEL, 1990).

Neste período de transformações intensas e sem precedentes, como afirma Choay (2015) e Mumford (1982), surgem em países europeus planos urbanísticos que visavam à reforma, embelezamento e reestruturação das cidades, já saturadas pelo enorme índice demográfico. Dentre as principais nações que impulsionaram esta nova política urbana, destacamos a Inglaterra, Espanha, Holanda, os países germânicos, mas principalmente a França. Na história do urbanismo, o planejamento urbano da capital francesa do século XIX, liderada por Haussmann¹⁶, é um importante modelo de reconstrução da paisagem urbana,

¹⁶ Georges-Eugène Haussmann nasceu em Paris, França, no dia 27 de Março de 1809. Mundialmente conhecido como Barão Haussmann, foi o idealizador da reforma urbana de Paris, promovida durante o reinado de Napoleão III. Haussmann configurou-se como um personagem de destaque na história do urbanismo e das cidades. (PEREIRA, 2010).

impondo-se a imagem de uma capital moderna. Como descrito em sua obra *Memoires*¹⁷, o intuito de criar uma homogeneidade entre os bairros populares e aristocráticos corroborava para uma política radical de embelezamento da imagem urbana, propondo rasgar a velha Paris com uma vasta rede de avenidas, bulevares e ruas largas (HAROUEL, 1990). De forma paralela, adota-se a implementação dos equipamentos públicos: sistema viário, rede de esgoto, feiras, entre outras infraestruturas.

Considerando esta nova preocupação para com as cidades, de acordo com Souza (2006, p.151), o planejamento urbano objetiva a minimização de problemas e a ampliação de soluções para as futuras gestões das cidades. Desta maneira, o caos urbano causado pela Revolução Industrial no século XVIII, marcou a gênese do planejamento urbano, que tentava solucionar os problemas causados pela rápida expansão dos centros. Iniciada na Inglaterra em, conforme aponta Mumford (1998), impeliu a população proletária para os centros urbanos, despreparados para suportar tamanho contingente populacional. Surgem cortiços, edificações estreitas e irregulares, sistemas de infraestrutura precários que, aos olhos de muitos estudiosos contemporâneos, tornaram as cidades espaços insalubres e desagradáveis. A partir da década de 1920, importantes conceitos são definidos, como o de zoneamento urbano, uma ferramenta do planejamento urbano que subdivide a cidade em zonas de acordo com índices urbanísticos e o uso e ocupação do solo. (DINIZ FILHO e VICENTINI, 2004).

Em sequência, novas teorias e correntes do urbanismo moderno surgem principalmente a progressista, lideradas por Tony Garnier¹⁸ e Le Corbusier¹⁹, na qual a cidade, baseada nos pontos da Carta de Atenas (1933)²⁰, deve ser funcional e racional, veloz como as máquinas da modernidade.

¹⁷ Livro de autoria do próprio Barão Haussmann, publicado em 1890, relata os principais projetos executados durante a reforma urbana da capital francesa. Nesta obra, encontram-se os princípios norteadores da nova política urbanística (HAROUEL, 1990).

¹⁸ Tony Garnier foi um arquiteto nascido em Lião (Lyon), na França, no dia 13 de agosto de 1869. É reconhecido mundialmente por seu projeto intitulado “A Cidade Industrial” publicado em 1919, no qual setoriza as cidades de forma a conferir a esta uma sistematização semelhante à de uma máquina. É um dos principais expoentes do urbanismo progressista. (Choay, 2015).

¹⁹ Charles-Edouard Jeanneret-Gris, pseudônimo de Le Corbusier, nasceu em La Chaux-de-Fonds, em 6 de outubro de 1887. Arquiteto, urbanista, escultor e pintor de origem suíça, é considerado o principal teórico do urbanismo progressista. Para Le Corbusier, a arquitetura e o urbanismo são princípios indissociáveis, na qual as novas técnicas construtivas só possuem uma nova visão no espaço caso estejam integradas com a cidade moderna, funcional e racional. (LE CORBUSIER, 2000).

²⁰ Primeira Carta Patrimonial criada em 1933, a Carta de Atenas foi resultante do IV Congresso de Arquitetura Moderna (CIAM), no qual elaborou-se um manifesto urbanístico com diretrizes e fórmulas que poderiam ser aplicadas internacionalmente. Nesta Carta, a cidade é concebida como um organismo funcional, e, portanto, preconiza-se a setorização e racionalização do meio urbano. (IPHAN, 1933).

3.2.1 Urbanismo no Brasil

Durante o período colonial Marins (2001, p. 44), disserta que o processo de urbanização brasileira foi tratado com desleixo pela Coroa Portuguesa, pois esta tinha interesses meramente exploratórios das riquezas naturais aqui existentes.

Os primeiros esboços de colonização fundando pequenas vilas litorâneas, decorridos 30 anos da descoberta, foram motivados principalmente pela decadência do comércio com o Oriente do que propriamente pelo interesse de povoamento da *Terra Brasilis*, diferentemente da postura adotada pelos colonizadores espanhóis, que encontraram e devastaram cidades e impérios existentes nos Andes e na Mesoamérica para impor-lhes sua dominação. (VICENTINO; DORIGO, 2001).

Ainda que iniciada a colonização e o povoamento, por longo período, aponta Reis Filho (2004, p. 22), o desenvolvimento urbano brasileiro nada mais foi que a implantação de “antigas tradições urbanísticas de Portugal, com vilas e cidades de aspectos uniformes, com as residências construídas sobre o alinhamento das vias públicas”, sem jardins frontais, em ruas de aspectos uniforme e sem passeios, arborização ou qualquer tipo de calçamentos, em alguns casos.

Neste período, a urbanização se limitava a construção de casas com poucos recursos materiais. O emprego de tijolos e telhas de barro, sendo a pedra um material restrito à poucas regiões e a madeira, mais abundante em alguns lugares que outros, também se tornam uma opção de construção sem, contudo, haver o uso de tecnologias ou instrumentos mais avançados, dependendo de uma mão de obra abundante, mas sem qualificação em regime de escravidão. (BRUAND, 2005).

Sem ferramentas e instrumentos apropriados de topografia as ruas do período colonial tinham seus traçados demarcados com cordas e estacas não permitindo uma demarcação definitiva e duradoura, de acordo com Reis Filho (2004) e Schiffer (1999).

As vilas açucareiras de São Vicente (1532), Igaraçu (1536) e Olinda (1537), como primeiras povoações com aspectos urbanos seguiram traçados retilíneos, embora existam poucos estudos sobre as tipologias dos traçados referentes a esse período, alguns dos quais contestam que a criação dessas vilas se deu sem um planejamento, como defende Delson (1997).

De qualquer forma, de acordo com Marins (2001), a preocupação com o desenvolvimento urbano vai aparecer com a falência do sistema de capitanias e a possibilidade de invasões estrangeiras, fazendo com que a Coroa portuguesa criasse um sistema de governo geral que exigiu a instalação de uma sede administrativa do governo. Em

1549, funda-se o primeiro povoamento com o nome de cidade de Salvador, com arruamentos geométricos, quarteirões quadrangulares e cercos com muralhas. (ANDRADE; BRANDÃO, 2009).

De acordo com Vicentino e Dorigo (2001), a partir das invasões holandesa do século XVII, a Coroa Portuguesa adotou novas ações a fim de garantir a posse do território português na América. (MARINS, 2001).

Em relação às vilas e cidades do interior do país, especialmente as ligadas ao ciclo do ouro, as ocupações eram desordenadas e sem possibilidades de controle da Coroa. A exceção a essa especificidade se deu em Mariana, que em sua reconstrução manteve a ordem do traçado retilíneo, conforme descreve Fonseca (2012).

Para Reis Filho (2004, p. 32) e Schiffer (1999), para se compreender como puderam funcionar as cidades coloniais é preciso considerar que se fizeram pautar por uma arquitetura bastante padronizada e importada do urbanismo medieval-renascentista de Portugal.

Uma nova ordenação das cidades brasileiras surgirá com a chegada da família real portuguesa em 1808, trazendo para a colônia um novo processo de incorporação de novos padrões construtivos, de organização da cidade, quando o espaço público se tornará espaço real e a necessidade de acomodação e abastecimento do contingente humano favorecerá o desenvolvimento, mesmo que lento de uma nova cidade. (MARINS, 2001).

Assim, a partir da segunda metade do século XIX o Brasil se insere no processo de industrialização e consequente modernização do país, chegando no início do século XX com a proposta de suplantação e negação dos centros antigos “destruindo-se grande parte das edificações de tais cidades históricas para responder às demandas da especulação imobiliária e de uma mentalidade modernizadora e empreendedora do mercado”. (PAES, 2015, p. 44).

A importância do urbanismo, como destaca Vital (1977, p. 53) pode ser entendida quando se reflete sobre o pensamento em voga nesse período o qual pregava que “uma distribuição urbana heterogênea e desordenada pode responder pela desagregação de nossa cultura. [...] A preservação dos tesouros centrais da cultura brasileira favorece a preservação dos valores sociais, indispensáveis à vida humana”.

Deste modo, Leme (1999), em sua pesquisa sobre o urbanismo brasileiro de 1895 a 1965, destaca que ao longo desse período se configuraram duas linhas do urbanismo, sendo que a primeira teve início em fins do século XIX e se estendeu até 1930, com os planos de melhoramento das cidades já existentes, a construção de outras, como é o caso de Belo Horizonte, e que, posteriormente, deram origem aos planos diretores.

Historicamente, a experiência com a construção de Belo Horizonte, inaugurada em 1897, constitui-se num marco do urbanismo no Brasil, pois enquanto em outras cidades brasileiras, como São Paulo, Recife, Rio de Janeiro, Vitória, dentre outras, as intervenções envolviam desconstruir e repropor visando torná-las mais adaptadas às condições da vida urbana moderna, para Belo Horizonte tais questões foram norteadoras da elaboração do Plano de Construção da cidade. Na primeira fase de sua construção, o plano urbanístico de Belo Horizonte estabelecia:

[...] uma nítida divisão da cidade em três zonas: a urbana, a suburbana e a de sítios. Para a zona urbana adotava-se um traçado conjugando duas tramas ortogonais deslocadas a 45 graus, circundado por uma avenida de contorno. [...] a zona urbana propriamente dita articulava-se em torno de um centro administrativo formado pelo palácio de governo e pelas secretarias, junto ao qual desenvolvia-se o bairro dos Funcionários. No centro da zona urbana propunha-se um grande parque com 800 por 800 metros, tangenciando em um de seus lados a grande avenida norte-sul. A zona suburbana foi concebida como um parcelamento em lotes de proporções maiores e traçado um pouco mais flexível. Para ela foram projetados o hipódromo, o cemitério, os reservatórios de água [...] a partir dos preceitos higienistas. A terceira zona, de sítios, foi prevista como uma transição entre as zonas urbana/suburbana e a zona rural, tendo como finalidade assegurar o abastecimento da cidade em gêneros alimentícios [...]. (GOMES; LIMA, 1999, p. 122).

Tal condição fez com que, a partir da década de 1930, a grande questão urbanística em Belo Horizonte estivesse direcionada para os estudos dos efeitos da forma de crescimento da cidade o que favoreceu a criação da Comissão Técnica Consultiva da Cidade, em 1934, para orientar e executar o plano da cidade de forma fiel ao planejado, sendo uma de suas subcomissões a de arquitetura e urbanismo, como observa Leme (1999, p. 224):

Após a inauguração da capital, vários dos engenheiros, arquitetos e projetistas que participaram da Comissão Construtora estabeleceram-se definitivamente na cidade, como técnicos do serviço público, autônomos ou professores, a partir da fundação de Escola Livre de Engenharia (1911). Este enraizamento na nova cidade contribuiu para a vigência dos padrões urbanísticos e arquitetônicos implantados pela Comissão Construtora e que só começarão a ser questionados na década de 30.

Uma segunda proposta de construção de cidade Capital data de 1933, quando foi encomendado o projeto original de Goiânia ao arquiteto urbanista Attílio Correia Lima, posteriormente substituído por um segundo projeto de autoria de Armando de Godoy de acordo com Schiffer (1999).

No primeiro projeto a cidade se dividia em setor central, norte, sul, leste e oeste, com a localização das zonas residenciais, comercial, industrial, rural, vias públicas, praças, aeroporto e estação ferroviária, tendo sido inspirado nas cidades de Versailles, Carlsruhe e Washington,

enquanto que o segundo projeto, de autoria de Armando Godoy, retirou alguns setores do antigo plano e se ateve ao setor sul, com bairro residencial típico das cidades-jardins, com abundante vegetação, com habitações com ventilação e iluminação natural. Entretanto, segundo declara Leme (1999, p. 229):

A planta de Goiânia, após as modificações introduzidas por Godoy, perde a unidade e harmonia obtida por Corrêa Lima. O traçado do setor sul não segue a mesma clareza de linhas e o seu sistema viário troca a racionalidade e a eficácia pelas vias e vielas tortuosas de difícil circulação, próprio dos modelos das cidades-jardins, que não logrou criar uma rede viária coerente com as atividades urbanas contemporâneas. É verdade que o setor sul era um bairro residencial protegido do tráfego intenso, mas ele fixou e limitou a cidade dentro de uma área fechada, interrompendo as possibilidades desenhadas por Attilio, que a concebeu dentro de uma estrutura aberta à futura expansão de seu espaço.

Na primeira fase do urbanismo brasileiro, como exposto anteriormente, a preocupação era implantar melhoramentos tendo por referências as reformas promovidas nas cidades europeias nos séculos XVII e XVIII, influenciadas pelos ideais franceses e que no Brasil se iniciaram pelas áreas centrais das cidades, com a ampliação das ferrovias, remodelação dos portos, pelo embelezamento de ruas e praças, na ampliação de avenidas que permitissem receber um fluxo maior de tráfego, dos aterramentos de vales, de modo a estabelecerem-se dois novos princípios do urbanismo: a estética e o saneamento. (REZENDE, 1999).

Na Europa esse modelo de urbanismo tinha como pauta: a) as preocupações de ordem pública envolvendo, entre outros fatores, a recusa com o gigantismo urbano, a produção de uma legislação urbana, as dificuldades com abastecimento, a higiene urbana e a salubridade; b) com a estética urbana, destacando os aspectos do traçado urbano, a retitude das ruas, regularidade das fachadas e cidade e natureza, dentre outras; com o urbanismo e política focando os espaços públicos denominados por “praças reais” e outros espaços evocativos dos nomes de personalidades públicas e seus feitos. (HAROUEL, 1990).

A análise da gênese do urbanismo no Brasil, como descreve Ribeiro (1996, p. 15) vai identificar a mesma estrutura idealista francesa presente nas reformas urbanas brasileiras, pois:

Desde a independência, a França tem lugar privilegiado junto às elites intelectuais brasileiras e latino-americanas nos campos da cultura, política, da cultura ilustrada e da cultura técnica. O ‘modelo francês’ de modernidade sempre esteve presente no Brasil, ao longo do século XIX até às vésperas da Segunda Guerra Mundial. [grifos no original].

Ainda nesta primeira fase, o profissional do urbanismo está ligado a duas vertentes de trabalho, conforme observa Leme (1999): em instituições de ensino superior e como funcionários do serviço público. A produção literária torna-se farta, expressando preocupações com as questões estéticas, sanitárias, viária e habitacional. (REZENDE, 1999).

Observa-se a forte influência dos princípios higienista e estético no urbanismo brasileiro até a década de 1930 quando se analisam as propostas de reformas e modernização para a cidade de Vitória, capital do Espírito Santo, como destaca Andrade (1999), e também os projetos da cidade do Recife, com as obras de saneamento da região portuária, no período de 1909-1915, como descritas por Moreira (1999).

Igualmente em São Paulo, são desenvolvidos diversos projetos de alteração do traçado urbano do centro histórico da cidade, como o projeto de ampliação da Rua Libero Badaró, antigo ponto de prostíbulos e cortiços, a construção do Viaduto do Chá, a revitalização de toda a região do Vale do Anhangabaú, a construção do Teatro Municipal, europeizando toda a área central da capital paulista, iniciados no começo do século XX. (SIMÕES JUNIOR, 1999).

Ainda, merecem destaques os processos de reorganização e reestruturação do traçado urbano das cidades de Porto Alegre, Salvador, Niteroi e Rio de Janeiro, sendo que nesta última aconteceu o desmonte do Morro do Senado em 1902, cujas terras possibilitaram o aterramento dos alagados e manguezais existentes entre o continente e a Ilha das Moças, sobre o qual foi edificado o Porto do Rio de Janeiro, e o desmonte do Morro Castelo (1920-1922), habitado na época pela população pobre, possibilitando o aquecimento imobiliário de uma região central e dando lugar a novos espaços de arruamento, loteamentos e urbanização, em nome da estética e higienização. (REZENDE, 1999; MELLO JUNIOR, 1988).

De volta ao contexto do urbanismo brasileiro, a segunda fase, ou segundo período ocorreu de 1930 aos anos de 1950, influenciados pelo movimento modernista e que culminará com a construção de Brasília na década de 1950, como aponta Schneider (1960) e Leme (1999). Trata-se de um momento da história do urbanismo que se preocupará com a totalidade das cidades.

Destaca-se, conforme aponta Leme (1999), que nesta fase se desenvolveu uma visão de totalidade da cidade, abordando os aspectos de zoneamento e que a partir da década de 1930 tiveram início a organização, nas administrações públicas, dos órgãos destinados ao planejamento urbano, assim como, ocorre uma nova fase de afirmação do urbanismo em termos acadêmicos, consolidando-o como uma nova área de conhecimento e de prática profissional na qual, mesmo que, inicialmente, estivesse mais presente o engenheiro civil,

observa-se a consolidação da presença do arquiteto urbanista na elaboração dos planos e de pareceres técnicos.

A década de 1930 vem marcada pela presença do Estado Novo e pelas políticas populistas de Getúlio Vargas que encara o trabalho como uma forma de defender a Pátria, promovendo seu desenvolvimento. Para isso defendia que o trabalhador deveria ter sua casa própria para poder exercer sua cidadania, como dissertam Ribeiro e Cardoso (1996, p. 62) de que “nas representações das elites do Estado Novo, o desenvolvimento de políticas sociais no campo do consumo habitacional tinha, portanto, sentido estratégico, pois, ao mesmo tempo, aumentava a capacidade de trabalho e produzia a paz social pela preservação da família”.

Surge assim a “Marcha para o Oeste”, uma política de cunho nacionalista dirigida por Getúlio Vargas durante o Estado Novo. Neste projeto objetivava-se a colonização e ocupação de toda a extensão oeste do Brasil. No Paraná especificamente, como afirma Silva (1988), devido ao artigo 165 da Constituição de 1937, criou-se a faixa de fronteira, que atualmente compreende o Município de Foz do Iguaçu, Clevelândia, Palmas e Guarapuava.

Em termos de urbanismo dá-se continuidade ao discurso higienista e urbanístico importado dos países europeus do final do século XIX, pautados pelos pressupostos organicistas que pensa a cidade ideal, o seu embelezamento, a construção de monumentos, bem como o controle das intervenções e regulações das práticas sociais por meio dos Planos de Intervenção e de construção. (RIBEIRO, 1996).

As capitais brasileiras do período, destaca-se assim o Rio de Janeiro, passaram por diversas reformas de higienização, assemelhando-se às cidades europeias. A capital carioca, em meados do século XIX, recebeu inúmeras intervenções urbanas, com o intuito de embelezar, higienizar e promover a ampliação das práticas sociais da cidade. Como afirmado em Marques (1995, p. 51):

A ideia de problemas urbanos associada aos problemas sociais típicos as aglomerações – alcoolismo, prostituição, falta de moradia etc. – passaram gradativamente a ser tematizados no âmbito de uma problemática maior, autônoma e particular: a questão urbana. A este lento deslocamento das ideias correspondeu um outro campo das técnicas de intervenção, que passaram a ação estatal sobre as habitações operárias e as construções para as intervenções totalizantes sobre o espaço da cidade.

No entremeio das construções de cidades capitais, apesar de muitas das políticas aplicadas serem cópias europeizadas, é mister destacar os movimentos pela modernidade da arquitetura nacional e sua contribuição no âmbito mundial, como destaca Cardoso (1996, p.106), ao afirmar que:

A contribuição do Brasil no desenvolvimento da arquitetura mundial é apresentada sempre por meio de um certo ‘jeito’ ou de uma contribuição genial de artistas especialmente bem dotados. Com a realização, em 1937, do projeto para o prédio do então Ministério da Educação e Saúde, esse ‘jeito’ se impõe internacionalmente, elevando o presígio de Lúcio Costa e seus companheiros a patamares bastante elevados. Na sequência desse projeto, e, ainda, sob a inspiração de Francisco Mello Franco, Niemeyer é apresentado, por Lúcio Costa, a Juscelino Kubitschek, que então buscava um arquiteto para criar uma obra marcante no Parque da Pampulha. Este evento marca o estreitamento definitivo das relações entre os arquitetos cariocas e o grupo político ligado ao PSD mineiro, que se havia iniciado com as relações estabelecidas com Gustavo Capanema, ministro da Educação. [grifos no original].

Essa parceria seguirá e resultará no planejamento da construção da nova capital do Brasil, a partir de 1956. No entanto, dentre as cidades construídas no Brasil, na primeira metade do século XX, nenhuma foi tão destacada quanto Brasília. Sua inauguração em 21 de abril de 1960 fez dessa cidade, segundo Leme (1999, p. 234) “o exemplo mais completo da aplicação em grande escala dos princípios dos CIAMs e da Carta de Atenas”²¹, com seus amplos jardins e um sistema viário predominando sobre a construção de ruas tradicionais.

A proposta do Plano Piloto de Lúcio Costa é repleta de referências simbólicas como a ação desbravadora, a monumentalidade, uma relação entre o mundo cotidiano e o sagrado de cunho religioso e católico, pela representação dos eixos em forma de cruz, o que denota, também, o sentido de que o plano não foi criado a partir de estudos e reflexões e sim revelado ao seu autor, assim como a outra figura que se destaca no desenho do plano que é o do avião, cujas asas abrigam os espaços destinados a abrigar o campo residencial da cidade. (AGUIAR, 2003; COODEPLAN, 1991).

Complementando, o projeto de Lúcio Costa se pauta pela construção de uma cidade que separa os setores administrativos e do poder, dos espaços residenciais e estes se dividem por classes sociais, tendo as habitações de baixa renda sendo distribuídas em fileiras de casas térreas e geminadas ao longo de avenidas norte-sul, enquanto que as habitações para as classes médias e altas são dispostas nas chamadas “superquadras”, com edifícios isolados de apartamentos terminando em áreas destinadas ao comércio local. Além disso, a cidade está disposta simetricamente para abrigar outras atividades previstas, como os setores hoteleiros, bancário, hospitalar e diversão, próximos ao chamado eixo monumental. (LEME, 1999).

²¹ Os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs) iniciaram em 1928, incentivados por Hélène de Mandrot e se estenderam até 1956, tendo como membros diversos arquitetos de renome internacional, como o próprio Le Corbusier. A Carta de Atenas é fruto do IV CIAM, ocorrida em Atenas, na Grécia em 1933. Sobre a Carta de Atenas ver mais em : < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>>. Acesso em: 05/05/2017.

As cidades contemporâneas apresentam aspectos variados e cosmopolitas, com um número sem fim de desafios a serem vencidos de modo a contemplar as necessidades humanas atuais em termos de transportes, locomoção, habitação, segurança, saúde, alimentação, diversão, educação e ambientais, para citar as mais emergentes, sendo “uma arquitetura mestiça: de formação cosmopolita e atuação planetária. Distanciada dos experimentos radicais, não é uma arquitetura de ideias, e sim uma arquitetura de experiências: é pouco pragmática e peculiar a cada situação”. (PEREIRA, 2010, p. 311).

3.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo, depreendem-se importantes conceitos para a fundamentação da presente pesquisa. A definição de morfologia urbana, que entende a cidade como um organismo vivo em constante modificação e tem como objeto de estudo a organização de seus elementos, como vias, quadras, espaços livres...

Neste contexto foi apresentado a questão do urbanismo e as mudanças e evoluções da cidade, retomam-se as origens históricas das primeiras aglomerações urbanas, e de maneira breve, elucidam-se suas principais características formais. Perpassam-se importantes séculos de evolução dos centros urbanos, a chegada da Revolução Industrial no século XVII com suas inovações, até a compreensão das teorias do urbanismo moderno. No caso específico do Brasil, analisam-se os principais acontecimentos que embasam a produção urbanística do país.

4 ABORDAGEM MORFOLÓGICA HISTÓRICO - GEOGRÁFICA

O presente capítulo congrega a abordagem histórico-geográfica promovida pela escola inglesa de morfologia urbana, que tem como principal pesquisador o teórico Conzen.

Além disso, serão apresentados três correlatos dentro dessa abordagem. O estudo de caso da cidade de Alnwick, realizado Conzen (1960). A análise do desenvolvimento da forma urbana, aplicada à cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, a qual é fundamentada por Costa e Netto (2015) e Conzen (2004) e por fim, a análise da morfologia dos tecidos urbanos²² de influência inglesa na cidade de Nova Lima, também em Minas Gerais pela pesquisadora de Stael de Alvarenga Pereira Costa (2008).

Os correlatos de estudo foram escolhidos devido sua relevância de análise nas áreas analisadas e, apesar de se tratarem de estudo de cidades históricas possuem métodos e caráter estrutural que podem ser replicados no tema do trabalho proposto.

4.1 ABORDAGEM MORFOLÓGICA HISTÓRICO – GEOGRÁFICA NA ESCOLA INGLESA DE MORFOLOGIA

De acordo com Costa e Netto (2015), Mundon (1997) e Oldoni (2016), a Escola Inglesa adota como definição de morfologia urbana os parâmetros de estudo da evolução das formas a partir das transformações e modificações, com o propósito de estabelecer uma teoria sobre a construção da cidade. Assim, o parcelamento do solo é compreendido como o principal elemento de análise da forma urbana. (WHITEHAND, 2007).

Como citado anteriormente, o expoente da Escola Inglesa é o alemão Michael Robert Gunter Conzen, nascido em Berlim, em 21 de Janeiro de 1907. Seus estudos iniciais foram nas áreas de Geografia Histórica e Filosofia, na Universidade de Friedrich Wilhelms, na capital alemã. (WHITEHAND, 2001).

Conforme aponta Whitehand (2007) e Hofmeister (2004), tradicionalmente o estudo das formas urbanas foi iniciado e instituído nos cursos de Geografia na Alemanha do século XIX, e particularmente aponta-se Otto Schlüter²³ como pai e responsável por levar esta

²² Segundo Costa e Netto (2015), define-se tecido urbano por ser um determinado tipo urbanização ocorrida em uma região específica.

²³ Otto Schlüter (1872-1959) foi um geógrafo alemão creditado por ter criado a definição de ‘paisagem cultural’, isto é, a ideia de que a paisagem é um design do homem. Para mais informações, visitar o site da Universidade de Halle.

Disponível em: < <http://sundoc.bibliothek.uni-halle.de/nachlaesse/Schlueter/schluet1.htm>>.

ciência da paisagem urbana a ocupar lugar de destaque na Geografia Humana, ainda durante as três primeiras décadas do século XX²⁴.

Considerando o exposto, M.R.G. Conzen, influenciado por seus mestres, passa a analisar a configuração formal urbana a partir de sua evolução histórica e social. (COSTA; NETTO, 2015).

O geógrafo alemão inicia, então, seus estudos na cidade medieval de Alnwick²⁵, localizada entre Newcastle e a fronteira com a Escócia. Os resultados de sua pesquisa, através da identificação de cinco períodos morfológicos e da análise econômica e social de cada etapa, permitiram-lhe a compreensão e o entendimento de toda a paisagem urbana e, conseqüentemente, a conceituação formal de toda a cidade. (CONZEN, 1960).

Assim sendo, de acordo com Netto, Costa e Lima (2014), a Escola Inglesa de Morfologia Urbana possui como método de análise sistemática da paisagem urbana a partir da organização temporal dos períodos morfológicos e a visão Tripartite, ou seja, a cidade é subdividida em três complexos formais, o plano urbano, o tecido urbano e o seu respectivo padrão de uso e ocupação, desde o solo até as edificações. Corroboram para esta afirmação Costa e Netto (2015) e Whitehand. (2007).

Do plano urbano dá-se a lógica de ocupação do território, a criação de espaços a partir da topografia e características naturais do sítio. Os agrupamentos de bairros, ruas, praças, lotes e outros elementos, a maneira como se organizam, definem os tecidos urbanos. Por conseguinte, este último delimita o uso e a ocupação, tanto do solo quanto da edificação. (WHITEHAND, 1981).

Considerando o exposto, como afirma Costa e Netto (2015, p. 55), “a excelência de todo o trabalho produzido na cidade de Alnwick e os subsequentes estudos realizados em Newcastle upon Tyne, tornaram-se referências essenciais para os estudos de Morfologia Urbana constituindo um legado e o seu desenvolvimento por seguidores”.

Assim, concebendo-se que a transformação das paisagens urbanas trata-se de um processo natural de evolução, como discorre Rio (1990), cabe à Morfologia Urbana, em suas

²⁴ Em tradução livre da autora: ‘Arguably the father of urban morphology was the geographer Otto Schlüter [...]. Particularly under his influence, the urban landscape (Stadtlandschaft) came to occupy a central place within human geography in the first 3 decades of the twentieth century’ (WHITEHAND, p.2, 2004).

²⁵ A cidade de Alnwick está localizada no oeste da Inglaterra, próxima à fronteira com a Escócia. Foi escolhida por Conzen devido a sua formação, pois sua história remonta o ano de 1309, e desde então sua principal característica permanece no setor comercial (SITE ALNWICK CASTLE). Na Idade Média, as chamadas “Market Towns” conforme define Landau (2013), eram pequenos vilarejos do interior do reino, cuja principal atividade de subsistência era a troca e venda de produtos. Desta forma, Conzen percebeu que a cidade de Alnwick tinha muitas de suas características originais, o que permitiu à sua pesquisa compreender todos os períodos morfológicos da cidade, desde o século XIV. Nesta pesquisa M.R.G. Conzen desenvolve suas bases metodológicas, e a com a sua publicação em 1960, constitui a maior contribuição para a Morfologia Urbana no período pós-guerra. (COSTA e NETTO, 2015).

variadas definições, compreender as intrínsecas relações históricas e sociais que regem a transformação e evolução da forma urbana.

4.2 ESTUDOS CORRELATOS NA ABORDAGEM HISTÓRICO-GEOGRÁFICA

4.2.1 Alnwick, Northumberland, o estudo analítico do plano urbano

Um dos livros mais importantes em morfologia urbana publicados até hoje, é *“Alnwick, Northumberland: a study in town-plan analysis”*²⁶ do teórico Conzen em 1960. Este trabalho oferece uma estrutura abrangente para o estudo e o desenho da forma física das cidades dentro da divisão tripartida da paisagem urbana (OLIVEIRA, 2016, p. 65). Congrega estudos detalhados referentes à cidade medieval de Alnwick, no oeste da Inglaterra. Trata-se de um trabalho descritivo e explicativo, pois conforme apontado por Costa e Netto (2015, p.52), a pesquisa estrutura-se a partir da descrição da evolução urbana de Alnwick, detalhando o plano urbano e o respectivo período morfológico que o contempla²⁷.

O livro no qual os resultados da pesquisa estão publicados, subdivide-se em três partes. De maneira geral, como afirma Costa e Neto (2015), Larkham (2006) e Conzen (1960), na primeira parte estruturam-se os objetivos e intenções de uma análise do plano urbano, apresentando os conceitos e procedimentos metodológicos de como esta análise se concretizará na pesquisa. Ressalta-se, neste ponto, que os estudos em desenvolvimento no resente trabalho embasam-se neste primeiro nível da visão tripartite apenas, o plano urbano²⁸.

Na sequência, para Whitehand (1981), a segunda parte do livro destina-se à descrição do crescimento urbano de Alnwick, apontando as principais características do plano urbano e seus respectivos períodos morfológicos. Na terceira e última etapa elaborada por Conzen (1960), apresentam-se as unidades de planejamento e estruturas geográficas da paisagem urbana de Alnwick, além, das conclusões obtidas com a pesquisa.

Evidencia-se, como princípio metodológico do estudo de Conzen (1960), o importante papel do contexto físico da ação humana, a qual desenvolve, forma, modifica e transforma o plano urbano, como afirma Carlos (2007), Vital (1977) e Rossi (2001). Considera-se assim, a avaliação física do local, as condições sociais e econômicas relevantes para a composição

²⁶ Em tradução livre da autora: Alnwick, Northumberland, um estudo analítico do plano urbano (CONZEN, 1960).

²⁷ Entende-se, como citado anteriormente no trabalho, que os períodos morfológicos, segundo Conzen (2004), são as questões econômicas, sociais, políticas e culturais que caracterizam um momento específico da história.

²⁸ Do plano urbano depreende-se, para Conzen (1960) a lógica de ocupação do território, a criação de espaços a partir da topografia e características naturais do sítio.

morfológica da cidade, do tecido urbano e do uso do solo. Outro método de análise considerado faz referência à descrição geral do local e sua imagem, descrevendo seu arranjo viário ou o padrão das edificações que formam uma tipologia homogênea, por exemplo. A partir deste preceito, depreende-se outra constatação descrita por Costa e Netto (2015, p. 53): “o desenvolvimento das cidades junto a com a história cultural da região na qual esta assentada, está profundamente escrito no arranjo físico e nas áreas edificadas”.

Por fim, Conzen define em seu trabalho que a melhor maneira de se compreender o processo evolutivo das formas existentes da cidade²⁹, é através dos elementos que as originaram. Ou seja, a forma mais adequada de interpretação para Conzen (1960), se dá pela constatação dos processos, períodos morfológicos, que geraram a evolução urbana e histórica, além de suas transformações subsequentes, que originaram formas concretas na paisagem urbana³⁰.

Assim, constatados estes períodos morfológicos, o processo metodológico de análise, como afirmado por Costa e Netto (2015), segue para a identificação das regiões, posteriormente classificadas como unidades de planejamento. Neste momento, Conzen indica quais foram os fatores econômicos que originaram cada região ou unidade. Em seguida, as características do plano urbano são descritas detalhadamente, através da ilustração do sistema viário, parcelamento de quadras, lotes. Na sequência, tabulam-se estes dados obtidos – testadas, disposição dos lotes e das ruas, entre outros – delimitando assim, as principais características de cada período morfológico.

O legado conzeniano da pesquisa proposta em Alnwick corrobora para a formação da Escola Inglesa de Morfologia Urbana, que aprimora as definições e processos metodológicos desenvolvidos, criando novos conceitos e linhas de pesquisa.

4.2.2 Períodos morfológicos da cidade de ouro preto

O segundo correlato metodológico analisado neste trabalho faz referência à pesquisa desenvolvida por Costa e Netto (2015) embasada pelos estudos de Conzen (2004), na qual buscou-se a aplicação dos conceitos metodológicos do autor na cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais. (REGO; MENEGUETTI, 2011).

²⁹ Ver **ANEXOS A e B**. No **ANEXO A**, no mapa elaborado por Conzen (1960), encontram-se os principais planos urbanos da cidade de Alnwick. No **ANEXO B**, outro mapa elaborado pelo referido autor, visualiza-se o primeiro período morfológico da cidade, o anglicano.

³⁰ Definida por Santos (2014), a paisagem urbana constitui-se a partir da união de todas as imagens individuais do meio urbano.

Define-se por estudo morfogenico a compreensão dos processos morfológicos da paisagem urbana, isto é, os diversos fenômenos de transformação cultural, social, política e econômica que moldam o urbanismo, a arquitetura e a tecnologia existente. (FRIDMAN; HAESBAERT, 2014).

Neste contexto, no caso específico de Ouro Preto, agrupam-se intervalos, cujas condições acima citadas assemelham-se, corroborando para a formação dos períodos históricos, segundo Costa e Netto (2015). Similar à história do país como afirma Leme (1999), são identificadas na paisagem da cidade mineira três eras: o período colonial (1698-1822), o período imperial (1822-1889) e o período republicano (1889- presente). Estes períodos históricos, por sua vez, são subdivididos em períodos evolutivos e morfológicos, para então, iniciarem-se as análises para a avaliação da formação e evolução da paisagem urbana³¹.

No método estabelecido pela Escola Inglesa de Morfologia urbana e observado por Conzen (1960) e (2004), tende-se a iniciar a análise pela estrutura urbana mais recente, considerada a síntese resultante de um processo histórico de transformações. A partir desta proposição, retrocede-se no tempo para a análise dos períodos anteriores.

Assim sendo, ressalta-se outro fator metodológico definido por Costa e Netto (2015) no estudo de caso da cidade de Ouro Preto em Minas Gerais: a questão do lote. Conforme afirma Conzen (2004) e Whitehand (2001), a paisagem urbana sob a ótica dos estudos modernos, determina o lote individual como a escala espacial mais apropriada para os estudos da morfogênese, pois é a partir dos lotes que compõe-se a imagem urbana³².

4.2.3 A cidade de Nova Lima e a morfologia dos tecidos urbanos

O terceiro correlato metodológico pauta-se na pesquisa desenvolvida por Staël de Alvarenga Pereira Costa³³ referente à análise das formas e tecidos urbanos de uma cidade com características coloniais de Minas Gerais. O estudo, intitulado “A morfologia dos tecidos urbanos de influência inglesa da cidade de Nova Lima”, compreende uma análise, segundo os preceitos “conzenianos” dos períodos históricos e morfológicos deste centro urbano,

³¹ Ver **ANEXO C**, referente a transformação temporal da cidade de Ouro Preto.

³² Definida por Lynch (1997, p.51)), a imagem urbana remete as formas físicas das cidades, que são mutáveis e polivalentes.

³³ Arquiteta e urbanista (EAUFMG), master of Arts in Urban Design (Oxford Polytechnic), doutora em Arquitetura e Urbanismo, Estruturas Ambientais Urbanas (FAUUSP). Atualmente leciona na Escola de Arquitetura/UFMG – Departamento de Urbanismo. Para mais informações sobre a autora ver em: <<http://somos.ufmg.br/professores/view/2603>>.

investigando como se deu sua evolução desde o período colonial brasileiro. (COSTA; NETTO, 2015), (CONZEN, 1960), (CONZEN, 2004).

De maneira breve, a pesquisa deste correlato foi desenvolvida em uma cidade cujos remanescentes remontam o período colonial brasileiro. Nova Lima apresenta, na composição de sua forma urbana, um mosaico de experiências urbanísticas oriundas de regras e políticas implantadas pelas companhias estrangeiras que ali se estabeleceram durante o ciclo econômico do ouro de aluvião. Quando esgotada esta matéria prima, passam a ser extraídos outros produtos, como o ferro, o ouro e diamantes. Dentre as companhias de maior destaque, citamos as empresas inglesas que trazem, não só novas tecnologias, mas trabalhadores influenciados pelo modelo da indústria inglesa, característica anexada à malha urbana colônias das cidades mineiras. Este padrão, de acordo com Costa (2008) e os que se estabeleceram na sequência incrustados na estrutura urbana da cidade de Nova Lima, constituindo tecidos urbanos peculiares e diferenciados dos tradicionais.

Como proposto pela Escola Inglesa de Morfologia Urbana em Whitehand (2001) e Costa e Netto (2015), inicia-se a análise dos planos urbanos mais recentes, e seguindo esta metodologia, a paisagem urbana de Nova Lima é definida a partir de suas vias de acesso que se conectam ao núcleo histórico, o mais importante centro de serviços e comércio da cidade³⁴. Estruturação urbana consolidada ainda no período colonial.

Na sequência, são elencados os principais condicionantes da forma urbana de Nova Lima, e na sequência, são introduzidos, através de mapas, imagens, diagramas e croquis os 10 tecidos urbanos³⁵ selecionados a partir de duas premissas essenciais já pré-estabelecidas: na primeira, como afirma Magnoli (1982), entende-se a paisagem urbana como o produto do meio social, já a segunda de acordo com Macedo (1999), pressupõe-se o meio urbano como um sistema, interligado e intimamente conectado com o seu entorno.

Assim desenvolve-se a pesquisa, por meio da contextualização destes 10 tecidos urbanos propostos por Costa (2008), isto é, períodos cuja morfologia é característica, podendo ser agrupada por similaridade.

4.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO

O presente capítulo apresentou a abordagem histórico-geográfica de estudo de morfologia urbana que é promovido pela escola inglesa, conhecida também como conzeniana,

³⁴ Ver **ANEXO D**, referente ao mapa da estrutura urbana de Nova Lima em 2004.

³⁵ Ver **ANEXO E**, cujo mapa define os 10 tecidos urbanos estudados por Costa (2008) em Nova Lima, Minas Gerais.

que tem por objetivo promover estudos voltados à explicação das razões que levam as cidades serem como são.

Além disso, compilou três estudos correlatos dentro de tal abordagem. Objetivou-se com estes correlatos metodológicos a proposição de uma sistematização das metodologias de análise com o intuito de aplicá-las ao tema delimitado por esse trabalho.

O primeiro estudo correlato faz referência ao trabalho que estruturou e fundamentou os conceitos da Escola de Morfologia Urbana. Elaborada por M.R.G. Conzen, a pesquisa analisou o plano urbano da cidade de Alnwick, localizada no oeste da Inglaterra, estabelecendo os períodos morfológicos deste centro urbano de origem medieval. Ressaltou-se o processo metodológico descritivo e explicativo utilizado por Conzen (1960), que apesar de aplicado à uma cidade medieval, pode ser transposto para a atualidade e aplicado ao tema delimitado nesta pesquisa.

Compreendendo os conceitos, metodologias e definições propostas no segundo estudo correlato apresentado, entende-se que a pesquisa proposta por Costa e Netto (2015) para a cidade de Ouro Preto, embora possua um contexto peculiar, congrega um processo metodológico cuja base é, também, a Escola Inglesa de Morfologia Urbana, e que poderá ser aplicado para análise dos planos urbanos de Toledo.

Da mesma forma, portanto, a terceira pesquisa correlata sobre a cidade de Nova Lima, em Minas Gerais, possui uma metodologia de análise proposta por Costa (2008) plausível de aplicação no estudo de caso desta pesquisa, justificando assim, a sua escolha.

CONSIDERAÇÕES

Os estudos realizados até o presente momento possibilitaram a retomada da fundamentação teórica que embasa os quatro pilares da formação do arquiteto e urbanista do curso de Arquitetura do CAUFAG. Evidencia-se o resgate dos estudos elaborados ao longo da graduação para o estabelecimento dos pontos de interseção com os aspectos do Urbanismo e Planejamento Urbano e da Morfologia Urbana, suporte teórico que embasam a presente pesquisa.

De maneira sucinta, o estudo dos conhecimentos envolvidos nos pilares da história e teorias, das metodologias de projetos da arquitetura e paisagismo, do urbanismo e planejamento urbano e das tecnologias da construção possibilitaram uma revisão teórica referente ao papel da Arquitetura frente aos contextos históricos e sociais, seu alcance e influência ao longo da História da humanidade e suas contribuições para a pesquisa que se desenvolve, situam-se na possibilidade de análise do contexto histórico e de seu processo de implantação.

Na etapa seguinte deste trabalho desenvolveu-se a pesquisa para o embasamento teórico focando os aspectos do estudo da morfologia urbana, no qual primou-se pelas escolas tradicionais de morfologia, nos elementos morfológicos e, de modo especial, os estudos da Escola Inglesa de Morfologia, a qual servirá como aporte teórico metodológico para a análise do tema delimitado pela presente pesquisa.

Ainda, num contínuo compreender acerca dos aspectos morfológicos investigou-se o surgimento do urbanismo, enquanto área do conhecimento, e suas aplicações na construção e reconstrução de cidades, no mundo e no Brasil, como também as áreas de atuação dos profissionais da arquitetura e urbanismo.

Soma-se ainda, a retomada de importantes conceitos do planejamento urbano, sua história e institucionalização com o intuito de regular, organizar e solucionar o caos urbano das cidades industriais. A evolução do planejamento urbano e as diversas correntes urbanísticas foram apresentadas de modo a embasar os conhecimentos da pesquisa e criar um suporte teórico para a continuação deste trabalho.

Por fim, buscou-se pelos correlatos metodológicos envolvendo estudos de morfologia urbana e propondo uma sistematização das metodologias de análise com o intuito de aplicá-las ao tema delimitado na sequência da pesquisa.

Apresentaram-se três pesquisas correlatas. No primeiro estudo, referenciou-se o trabalho de M.R.G. Conzen, o qual estruturou e fundamentou os conceitos da Escola Inglesa de Morfologia Urbana. Em sua análise da cidade de Alnwick, localizada no oeste da

Inglaterra, estabeleceram-se os períodos morfológicos e os elementos estruturantes do plano urbano desta cidade de origem medieval. Apesar de contextos diferentes, se comparado ao estudo de caso do presente trabalho, ressaltou-se o processo metodológico descritivo e explicativo utilizado por Conzen. Com metodologias semelhantes, o segundo e terceiro correlatos metodológicos propostos, análises das cidades de Ouro Preto e Nova Lima respectivamente, ambas em Minas Gerais, congregaram uma metodologia cuja base é, também, a Escola Inglesa de Morfologia Urbana, e que poderá ser aplicada para análise dos planos urbanos de Toledo.

Considerando o exposto, ressaltamos a continuação deste estudo em sua próxima etapa de pesquisa, qual seja: a análise histórica, urbana e espacial da cidade de Toledo no início de sua colonização e seu atual traçado urbano, procurando identificar se houve continuidades ou rupturas em seu estabelecimento considerando a proposta inicial da colonizadora. Ressalta-se que a metodologia de análise desta próxima etapa será pautada nos correlatos metodológicos apresentados sob a ótica da Escola Inglesa de Morfologia Urbana.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ronaldo Conde. **BRASÍLIA**: da utopia à dura realidade. Resenha da obra Brasília: controvérsias ambientais. PAVIANI, Aldo; GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos (Orgs.). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003. Sociedade e Estado, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 401-403, jan./dez, 2003.

Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/se/v18n1-2/v18n1a19.pdf>>.

Acesso em: 05 de maio 2017.

ANDRADE, Adriano Bittencourt; BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. **Geografia de Salvador**. 2., ed., Salvador: EDUFBA, 2009. Livro em PDF. Disponível em:

<<http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ufba/587/3/Geografia%20de%20Salvador%20.pdf>>. Acesso em: 05 de maio 2017.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. Trad. Pier Luigi Cabra. 4.ed. , São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ARNHEIM, Rudolf. **Arte e percepção visual**: uma psicologia da visão criadora. Nova versão. Trad. Ivonne Terezinha de Faria. São Paulo: Pioneira, Thomson Learning, 2002.

BENEVOLO, Leonardo . **História da arquitetura moderna**. Trad. Ana M. Goldberger. 4. ed., 3.reimp., São Paulo: Perspectiva, 2012.

_____. **A cidade e o arquiteto**. Trad. Attílio Cancian. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

_____. **História da Cidade**. Trad. Silvia Mazza. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BILO, David Ramos. **Paris**: 3 suturas urbanas. Prova final de Licenciatura em Arquitectura. Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra. Departamento de Architectur, 2009.

BLOCK, Marc. **A sociedade feudal**. Trad. Emanuel Lourenço Godinho. Lisboa: Edições 70, 1982.

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporâneo no Brasil**. Trad. Ana Maria Goldberger. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CALDEIRA, Junia Marques. **A Praça Brasileira**: trajetória de espaço urbano – origem e modernidade. Tese de doutorado no programa de Pós-graduação Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, São Paulo, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Antiguidade Oriental**: Política e Religião. São Paulo: Contexto, 1990.

CARDOSO, Adauto Lúcio. O Urbanismo de Lúcio Costa: contribuição brasileira ao concerto das nações. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert. (Orgs.). **Cidade, Povo e Nação**: gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

CARLOS, Ana Fabi Alessandri. **A cidade**: o homem e a cidade, a cidade e o cidadão, de quem é o solo urbano? 7. ed., São Paulo: Contexto, 2007.

CATALDI, Giancarlo; MAFFEI, Gian Luigi; VACCARO, Paolo. Saverio Muratori e a escola Italiana de tipologia projetual. In: **Revista de Morfologia Urbana**, n.2, p. 25-36, 2014.

CAUFAG - **Manual de TC 2017**. Obra não editada. Cascavel – PR: FAG, 2017. Disponível em: <[www.fag.edu.br/curso de arquitetura](http://www.fag.edu.br/curso%20de%20arquitetura)>. Acesso em fevereiro de 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1998.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo: Utopias e Realidades**. Trad. Dafne Nascimento Rodrigues. 7 ed., São Paulo: Perspectiva, 2015.

CINTRA, Anna Maria Marques; et al. **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed., revista e ampliada, São Paulo: Polis, 2002.

COELHO, Liliane Cristina. Urbanismo e Cidade no Antigo Egito: algumas considerações teóricas. In: **Plêthos**, vol. 1, 2011. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/revistaplethos/arquivos/numero1/liliane.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2017.

COLIN, Silvio. **Uma Introdução à Arquitetura**. Rio de Janeiro: UAPÊ, 2000.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. Brasília: GDF, 1991.

CONZEN, Michael Robert Gunter. **Alnwick, Northumberland: A study in twon plan analysis**. Inst. Br. Georg., Londres, n.27,1960.

_____. **Thinking about urban form: papers on Urban Morphology, 1932-1998**. Oxford: Peter Lang, 2004.

COSTA, Staël de Alvarenga Pereira; NETTO, Maria Monoela Gimmler. **Fundamentos de Morfologia Urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

COSTA, Staël de Alvarenga Pereira. A morfologia dos tecidos urbanos de influência inglesa da cidade de Nova Lima. In: **Paisagem Ambiente**, n. 25, p. 55 – 76, 2008.

CORBUSIER, Le. **Planejamento Urbano**. Trad. Lúcio Gomes Machado. 3. ed., São Paulo: Perspectiva, 2000.

COULANGES, Fustel de. **A Cidade Antiga: estudo sobre o culto, o direito e instituições de Grécia e Roma**. Trad. Fernando de Aguiar. 8., ed., vol. I. Lisboa/Porto: Livraria Clássica Editora, 1954.

CULLEN, Gordon. **The Concise Townscape**. Architectural Press: Great Britan, 2006.

_____. **Paisagem Urbana**. Trad. Isabel Correia e Carlos de Macedo. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1983.

DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII**. Brasília: Alva/CIORD, 1997.

DIAS, Luiz Andrade de Mattos. **Aço e arquitetura**: estudo de edificações no Brasil. São Paulo: Zigurate, 2001.

DIAS, Solange Irene Smolarek. **História da Arquitetura I**. FAG: Cascavel, 2005.

DINIZ FILHO, Luis Lopes; VICENTINI, Yara. Teorias espaciais contemporâneas: o conceito de competitividade sistêmica e o paradigma da sustentabilidade ambiental. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, nº 9, p. 107-166, 2004.

FAG – Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz. **Manual para Elaboração e Apresentação de Trabalhos Acadêmicos 2015**. Cascavel, Paraná: FAG, 2015. Disponível em: <www.fag.edu.br>. Acesso em: 08 fevereiro 2017.

FARRET, Ricardo Libanez. Introdução. In: FARRET, Ricardo Libanez. (Org). **O Espaço da Cidade**: contribuições à análise urbana. São Paulo: Projeto, 1985.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3.ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Olavo Leonel. **Mesopotâmia**. São Paulo: Editora Moderna, 1993.

FONSECA, Claudia Damaceno. Urbs e civitas: A Formação dos espaços e territórios urbanos nas Minas setecentistas. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.20. n.1. p. 77-108 jan.- jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v20n1/v20n1a04.pdf>>. Acesso em 05/05/2017.

FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FRIDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério. **Escritos sobre o espaço e a história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. 2. ed., São Paulo : Contexto. 2002.

GAUTHIER, Pierre; GILLILAND, Jason. Mapping urban morphology: a classification scheme for interpreting contributions to the study of urban form. In: **Urban Morphology**, v.10, n.1, p. 41-50, 2006.

GUEDDES, Patrick. **Cidades em evolução**. Trad. Maria José Ferreira de Castilho. Campinas: Papirus, 1994.

GLANCEY, Jonathan. **História da Arquitetura**. Trad. Luis Carlos Borges e Marcos Marcionilo. São Paulo: Loyola, 2001.

GOMBRICH, Ernst Hans. **A história da arte**. Trad. Álvaro Cabral. 16. ed., Rio de Janeiro: LTC, 1999.

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; LIMA, Fábio José Martins de. Pensamento e Prática Urbanística em Belo Horizonte, 1895-1961. LEME, Maria Cristina da Silva. (Org.) **Urbanismo no Brasil**: 1895 – 1965. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.

- GRIMAL, Pierre. **A Civilização Romana**. Trad. Isabel St. Aubyn. Lisboa: Edições 70, 1993.
- HAROUËL, Jean-Louis. **História do Urbanismo**. Trad. Ivone Salgado. 4., ed., Campinas, São Paulo: Papirus, 1990.
- HALL, Peter. **Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- HOBSBAWM, Eric John. **A era das Revoluções: 1789-1848**. Trad. Marcos Penchel, Maria L. Teixeira. 25 ed., São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- HOFMEISTER, Burkhard. **The study of urban form in Germany**. International Seminar on Urban Morphology, n.8, p.3-12, 2004. Disponível em: <<http://www.urbanform.org/pdf/hofmeister2004.pdf>>. Acesso em: 21 março 2017.
- HOLLAND, Frederico de; *et all*. Forma urbana: que maneiras de compreensão e representação. In: **Estudos urbanos e regionais**. n.3, 2000. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12151/1/ARTIGO_FormaUrbana.pdf>. Acesso em: 15 de maio 2017.
- HOUGH, Michael. **Naturaleza y ciudad**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1998.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Carta de Atenas, 1933**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2017.
- INTERNATIONAL SEMINAR ON URBAN FORM -ISUF. **Constitution of the International Seminar on Urban Morphology**. Texto de apresentação, 2004. Disponível em: <http://www.urbanform.org/pdf/ISUF_constitution.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2017.
- KRUGER, Mário. **Na gênese das racionalidades modernas II: em torno de Alberti e do Humanismo**. Portugal: Universidade de Coimbra, 2015.
- LACAZE, Jean Paul. **Os métodos do urbanismo**. Trad. Marina Appenzeller. 2.ed., São Paulo: Papirus, 1993.
- LAMAS, José Manuel Rossano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 2. ed., Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- LANDAU, Sidney I. **Cambridge dictionary of American English: for speakers of Portuguese**. Trad. Cláudia Berliner; *et all*. 2.ed., São Paulo: WMF, Martins Fontes, 2013.
- LARKHAM, Peter J. The study of urban form in Great Britain. In: **Urban Morphology**, n. 10, v. 2, p. 117-41, 2006. Disponível em: <<http://www.urbanmorphology.org/pdf/larkham2006.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2017.
- LE CORBUSIER. **Urbanismo**. Trad. Maria Ermantina Galvão. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LE GOFF, Jacques. **O apogeu da cidade medieval**. Trad. Antonio de Padua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LEME, Maria Cristina da Silva. **Urbanismo no Brasil: 1895 – 1965**. (Org.). São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.

LÉVY STRAUSS, Claude. **Tristes Tropiques**. Paris: Terre Humaine, 1955.

LIMA, Marinalva Vilar de; CORDAO, Michelly Pereira de Sousa. História e civismo na Roma liviana. **História**, Franca, v. 28, n. 2, p. 605-620, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742009000200020&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 maio 2017.

LION, Brigitte.; MICHEL, Cécile. **Escritas cuneiformes história usos e deciframento**. Tradução: Marcelo Rede. São Paulo: Targumim, 2011.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACEDO, Sílvio Soares. **Quadro do Paisagismo no Brasil**. São Paulo: Quapá FAU/USP, 1999.

_____. **Parques Urbanos no Brasil**. 2. ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

_____. **Paisagismo brasileiro na virada do século: 1990-2010**. São Paulo: Unicamp, 2012.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. O Parque no desenho urbano. In: **Paisagem e Ambiente: ensaios** / Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, n.21, p.201-2013, São Paulo: FAU, 2006.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. **Espaços livres e urbanização: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana**. Tese de Livre-docência – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1982.

MANN, Nicholas. **Grandes civilizações do passado: renascimento**. Barcelona: Folio, 2006.

MARCHI, Eduardo C. Silveira. **A Propriedade Horizontal no Direito Romano**. São Paulo: Edusp, 1995.

MARETTO, Marco. The early contribution of Saverio Muratori: between modernism and classicism. In: **Urban Morphology**, n. 16, p. 121-32, 2012. Disponível em: <http://www.r-a-m.it/publications/online/1412811928/4-The%20early%20%20contribution%20of%20Saverio%20Muratori-%20between%20modernism%20and%20classicism.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2017.

MARINS, Paulo César Garcez. **Através da Rótula: sociedade e Arquitetura Urbana no Brasil, séculos XVII a XX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

MARQUES, Eduardo César. Da higiene à construção da cidade: o estado e o saneamento do Rio de Janeiro. In: **História, Ciências e Saúde** – Manguinhos, v. 2, p. 51-67, 1995. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v2n2/a04v2n2.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2017.

MASCARÓ, Juan Luis. **Loteamentos urbanos**. 2. ed., Porto Alegre: Mais Quatro, 2005.

MASCARÓ, Lúcia; MASCARÓ, Juan. **Vegetação Urbana**. 2. ed., Porto Alegre: Mais Quatro, 2005.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades alternativas para a crise urbana**. 2. ed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MELLO JUNIOR, Donato. **Rio de Janeiro: planos, plantas e aparências**. Rio de Janeiro: Galeria de Artes, 1988.

MOREIRA, Fernando Diniz. A aventura do urbanismo moderno na cidade do Recife, 1999 – 1965. In: LEME, Maria Cristina da Silva. **Urbanismo no Brasil: 1895 – 1965**. (Org.). São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.

MORRIS, A. E. J. **Historia de la forma urbana: desde sus orígenes hasta la revolución industrial**. ed.2. Barcelona: Gustavo Gili SA, 1979.

MONTENEGRO, Gildo Azevedo. **Desenho Arquitetônico**. 4.ed., rev. e atual., São Paulo: Blucher, 2001.

MOUDON, Anne Vernez. Urban Morphology as an emerging interdisciplinary field. In: **Urban Morphology**, v.1, n.1, p. 3-11, 1997. Disponível em: < <http://www.urbanform.org/Pdf/moudon1997.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

MUGAVIN, Damien. A philosophical base for urban morphology. In: **Urban Morphology**, vol. 3, n. 2, p. 95-99, 1999. Disponível em: < http://users.metu.edu.tr/ioguz/Mugavin_1999.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2017.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. Trad. Neil R. da Silva., 4. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NETTO, Maria Manoela Gimmler Netto; COSTA, Stael de Alvarenga Pereira; LIMA, Thiago Barbosa Lima. Bases conceituais da escola inglesa de morfologia urbana. In: **Paisagem e Ambiente**, n. 33, p. 29-48, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/90309/92977>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

NEUFERT, Ernst. **Arte de projetar em arquitetura**. Trad. Benelisa Franco. 18. ed., ver. e atual. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

NEVES, Laert Pedreira. **Adoção do partido da arquitetura**. 3.ed., Salvador: EDUFBA, 2012.

NIEMEYER, Oscar. **A forma na arquitetura**. 4. ed., Rio de Janeiro: Revan, 2005.

NUTTGENS, Patrick. **The Story of Architecture**. 4 ed., London: Phaidon Press, 1997.

OLDONI, Sirlei Maria. **Cidades novas do oeste do Paraná: Os traçados criados pela colonizadora Maripá**. Dissertação de mestrado no programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Estadual de Maringá - UEM e Universidade Estadual de Londrina – UEL, 2016.

OLIVEIRA, V. M. A. de. Morfologia urbana: investigação científica e prática profissional. **A Obra Nasce**, n. 8, p. 99-111, 2014. Disponível em: <http://arquitextos.ufp.pt/docs/2014/13/AObraNasce_08.pdf>. Acesso em: 23 maio 2017.

OLIVEIRA, Vitor. Morfologia urbana: diferentes abordagens. **Revista de Morfologia Urbana**, n.4, p. 65-84, 2016. Disponível em: <[Users/Sirlei/Downloads/2.%20RMU%204.2_Artigo%201.pdf](#)>. Acesso em: 23 maio 2017.

PAES, Maria Tereza Duarte. As cidades coloniais brasileiras: ideologias espaciais, valores histórico, urbanístico e cultural. In: **GEographia**. Ano 17, nº 33, 2015. Disponível em: <www.uff.br/Geografia/ojs/index.php/geographia/article/download/786/525>. Acesso em: 04/05/2017.

PAWSON, Eric. The social production of urban space. In: **New Zealand Geographer**, vol. 43, n. 3, p. 123-129, 1987. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1745-7939.1987.tb01112.x/abstract>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

PEREIRA, José Ramón Alonso. **Introdução à História da Arquitetura**. Trad. Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2010.

PEREIRA, Renata Baesso. Tipologia arquitetônica e morfologia urbana: uma abordagem histórica de conceitos e métodos. In: **Revista Online Vitruvius**. v.146.04, Julho, 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.146/4421>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

PEVSNER, Nikolaus. **Panorama da arquitetura ocidental**. Trad. José Teixeira Coelho Netto e Silvana Garcia. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

PILLSBURY, Richard. The urban street pattern as a culture indicator: Pennsylvania, 1682-1815. In: **Annals of the Association of American Geographers**, v. 61, p. 428-446, 1970. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2561668?seq=1#fndtn-page_thumbnails_tab_contentes>. Acesso em: 24 abr. 2017.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média**. São Paulo: Paulus, 1990.

REBELLO, Yopanan Conrado Pereira. **A Concepção Estrutural e a Arquitetura**. São Paulo: Zigurate Editora: 2000.

REGO, Renato Leão; MENEGUETTI, Karin Schwabe. A respeito da morfologia urbana. Tópicos básicos para estudos da forma da cidade. In: **Acta Scientiarum Technology**, v.33, n.2, p. 123-127, Maringá, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciTechnol/article/viewFile/6196/6196>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 10., ed., 1. Reimpr. São Paulo: Perspectiva, 2004.

REZENDE, Vera F.. Evolução da Produção Urbanística na Cidade do Rio de Janeiro, 1900-1950-1965. In: LEME, Maria Cristina da Silva. **Urbanismo no Brasil: 1895 – 1965**. (Org.). São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert. (Orgs.). **Cidade, Povo e Nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Transferências, empréstimos e traduções na formação do urbanismo no Brasil. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert. (Orgs.). **Cidade, Povo e Nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

RIO, Vicente del. **Introdução ao desenho urbano no Processo de Planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

RODRIGUES, Rosicler Martins. **O homem na Pré-História**. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2003.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. **Princípios Bioclimáticos** 2.ed., São Paulo: Pro Editores, 2000.

ROSSI, Aldo. **Arquitetura da Cidade**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento científico**. 3. ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6 ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SCHIFFER, Sueli Ramos. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

SCHNEIDER, Wolf. **De Babilônia a Brasília**. Trad. Guttorm Hanssen. São Paulo: Boa Leitura, 1960.

SEGRE, Roberto. **Arquitetura brasileira contemporânea**. Trad. Analice Schendel Kanto, Mariluce Filizola Pessoa. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2004.

SILVA, Oscar. **Toledo e sua história**. Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo, 1988.

SIMÕES, Ricardo Santos; *et all*. **Etimologia de termos Morfológicos**. UNIFESP: São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www2.unifesp.br/dmorfo/Prof%20Manoel%20Histologia/Dicionario%20etimologico.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. Melhoramentos na área central de São Paulo: o caso da renovação da rua Libero Badaró, 1911-1918. In: LEME, Maria Cristina da Silva. **Urbanismo no Brasil: 1895 – 1965**. (Org.). São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.

SITE ALNWICK CASTLE. Disponível em: < <https://www.alnwickcastle.com/>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão é agora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação: O Positivismo, A Fenomenologia, O Marxismo**. São Paulo: Atlas, 1987.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História Geral e do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2001.

VITAL, Marcia Maria de Paiva. **O Espaço Urbano como Manifestação Cultural de nossa Cidade**. São Paulo: Instituto Roberto Simonsen, 1977.

VITRÚVIO. **Tratado de arquitectura**. Trad. Manuel Justino Maciel. Lisboa, Portugal: IST Press, 006.

WONG, Wucius. **Princípio de forma e desenho**. Trad. Alvamar Helena Lamapelli. 2.ed., São Paulo: Editora WMF, Martins Fontes, 2010.

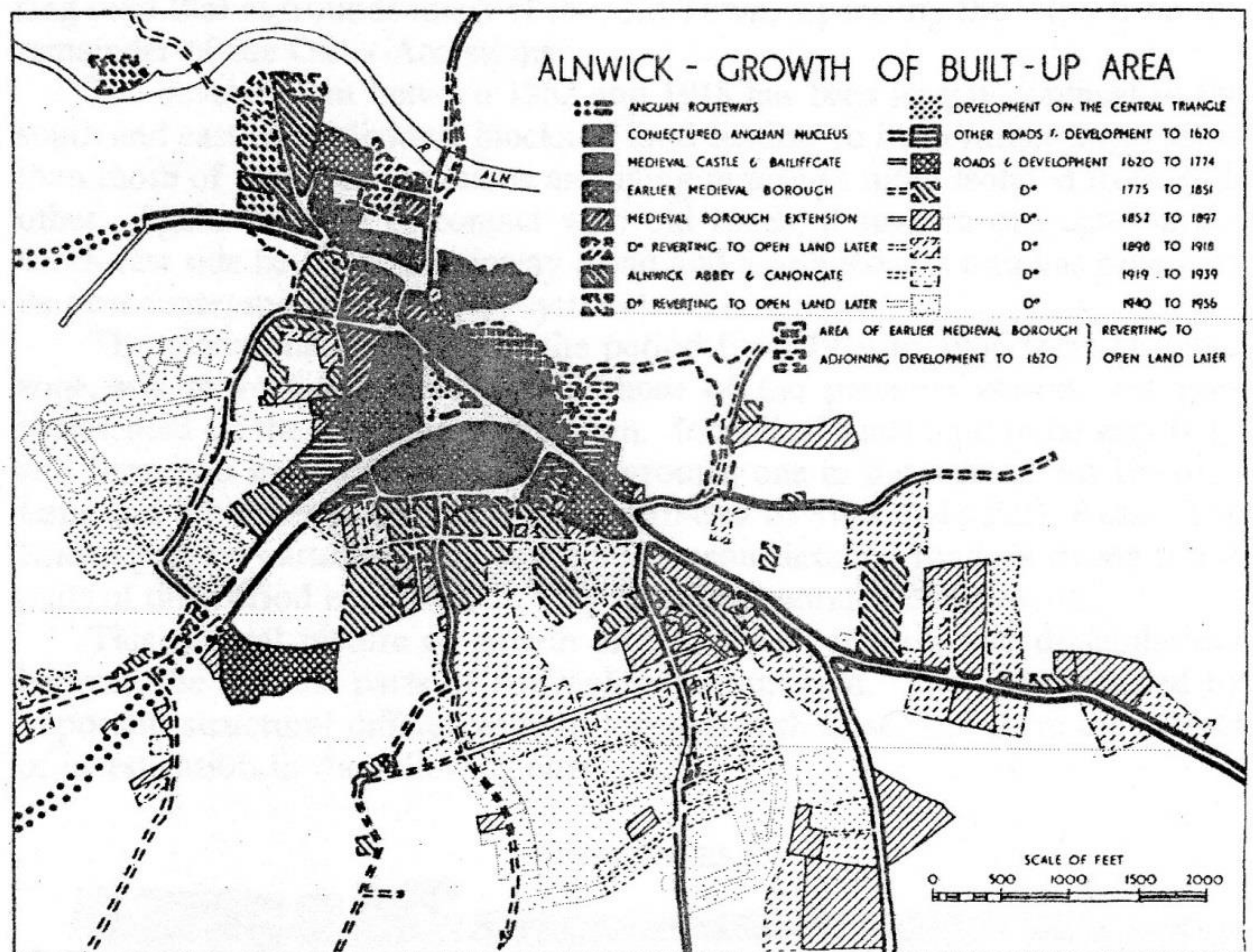
WHITEHAND, Jeremy W.R. **The making of the urban landscape**. IBG Special Publication, n. 26, Blackwell: Oxford, 1981. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/Journals/urban-history/article/whitehandjwr-the-making-of-the-urban-landscape-the-institute-of-ritish-geographers-special-publications-series-oxford-blackwell-1992-vii-239pp-illustrations-3500/B6909C20BF8095F75167671014403B51>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

_____. **British Urban Morphology: the Conzenian tradition**. ISUF, International Seminar on Urban Form, Proceedings Cincinnati, v.1, 2001. Disponível em: <<http://www.urbanform.org/pdf/whitehand2001.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

_____. **Conzenian Urban Morphology and Urban Landscapes**. International Space Syntax Symposium, Proceedings Istanbul, 2007. Disponível em: <http://www.spacesyntaxistanbul.itu.edu.tr/papers%5Cinvitedpapers%5CJeremy_whitehand.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2017.

ZEVI, Bruno. **Saber ver a Arquitetura**. Trad. Maria Isabel Gaspar, Gaeten Martins de Oliveira. 6., ed., São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

ANEXO A: Os principais planos urbanos da cidade de Alnwick.

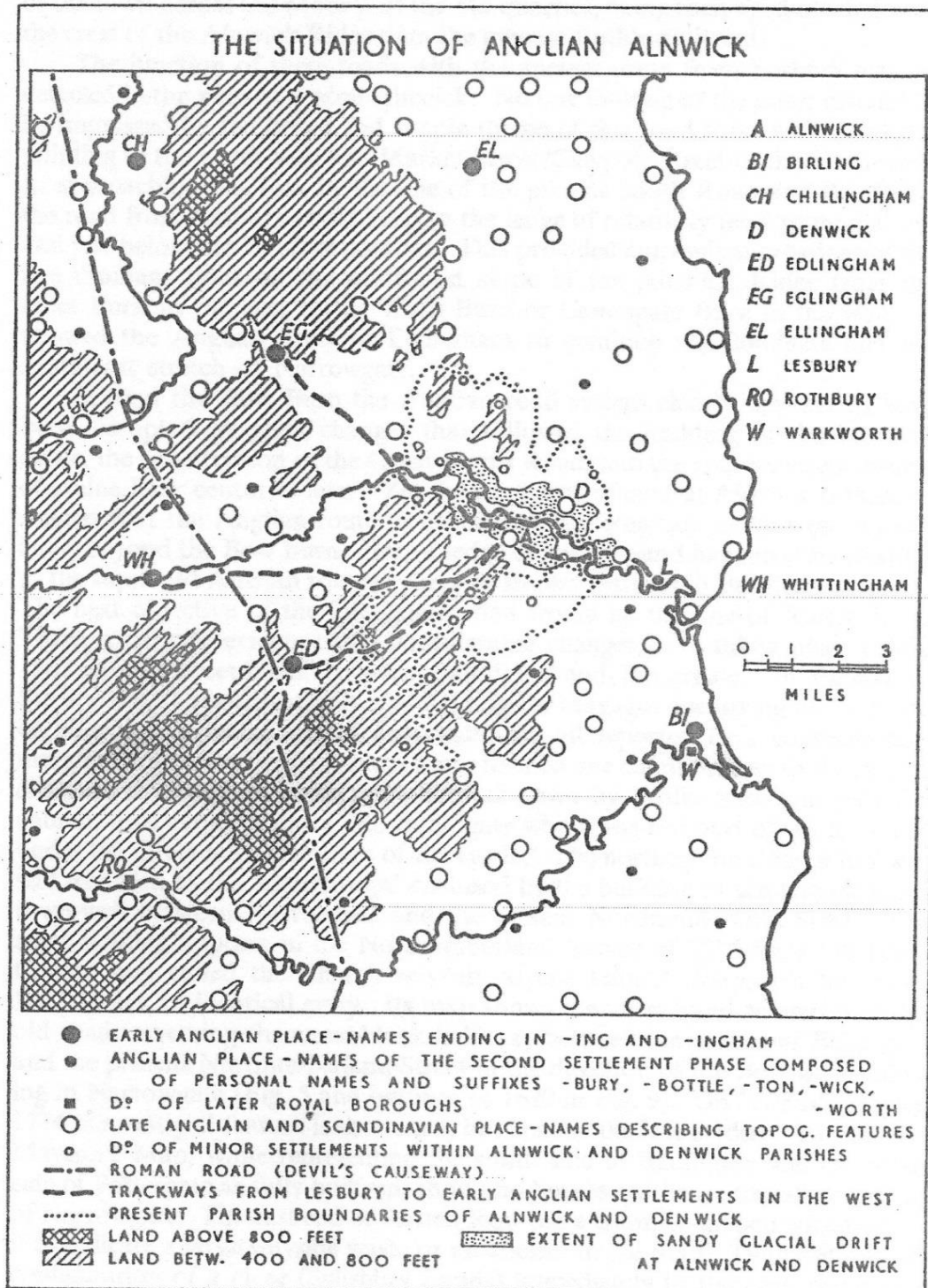


Fonte: Conzen (1960).

ANEXO B: Mapa elaborado por Conzen (1960), com o primeiro período morfológico da cidade de Alnwick, o anglicano.

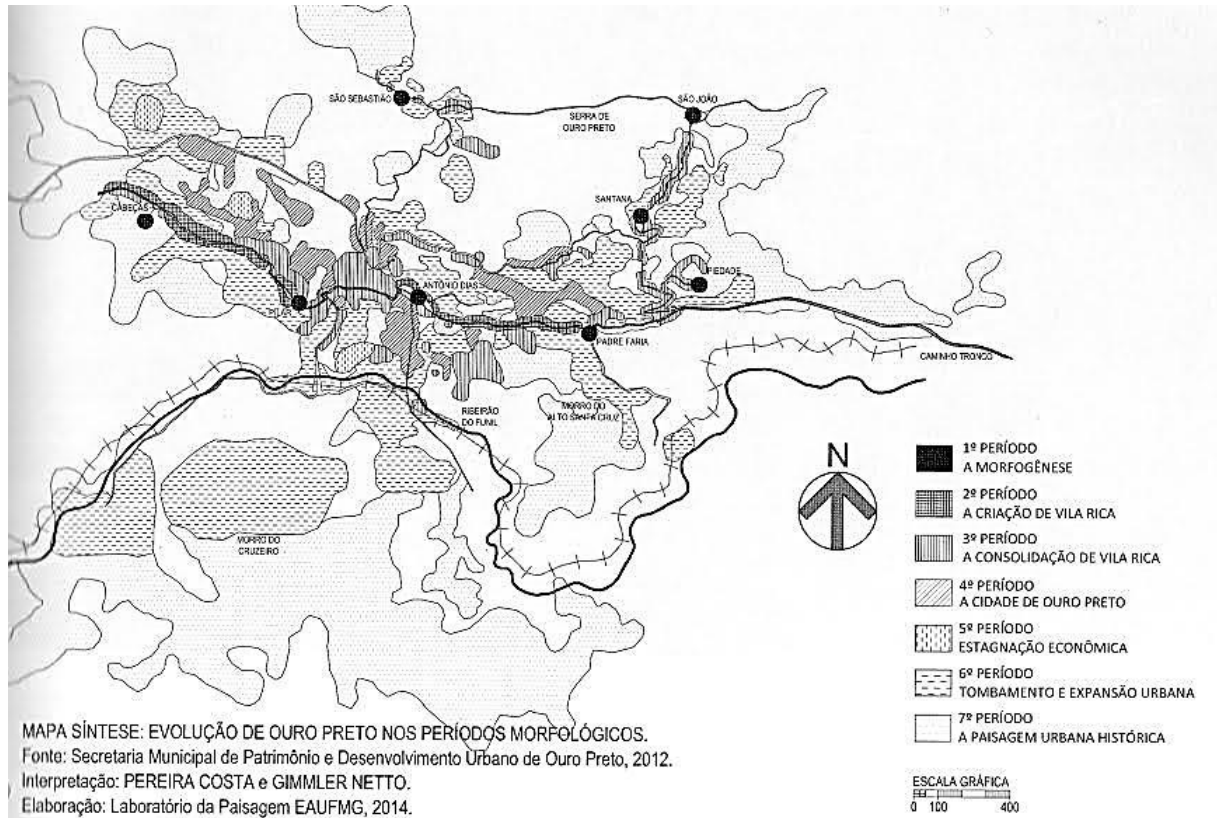
14

ANGLIAN ALNWICK



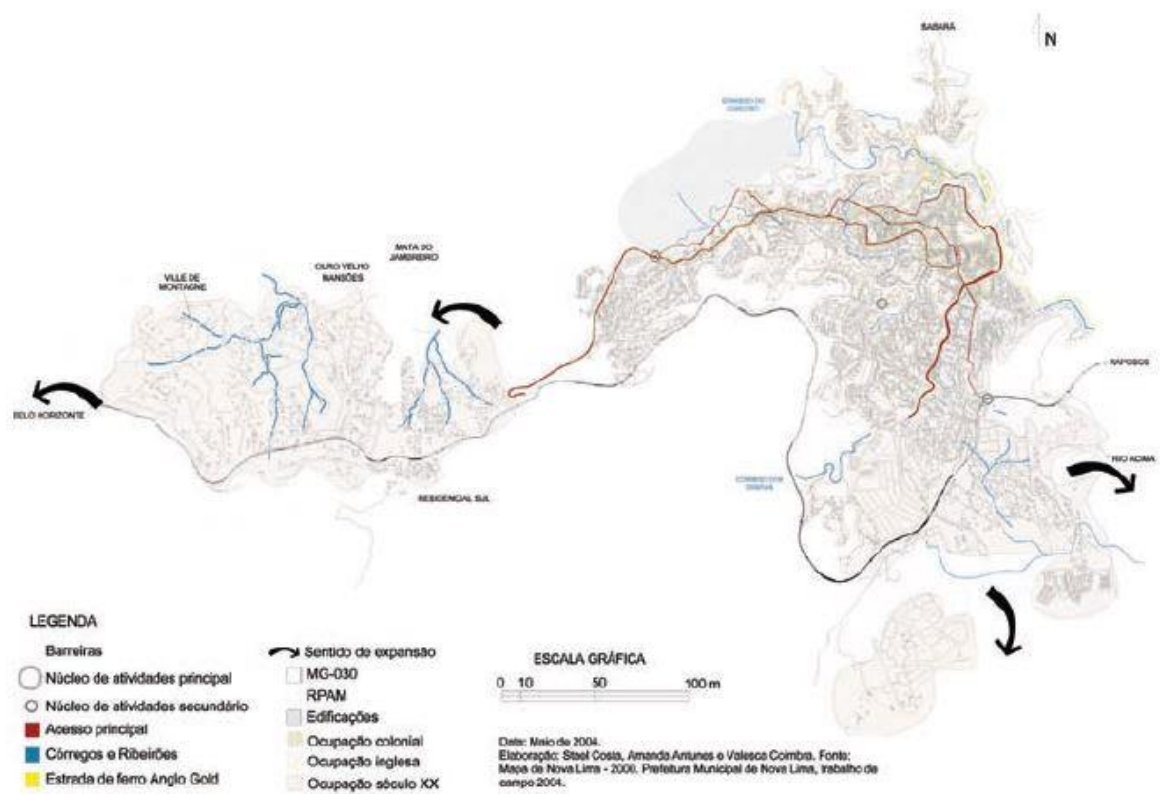
Fonte: Conzen (1960).

ANEXO C: Mapa com a evolução dos períodos morfológicos da cidade de Ouro Preto, Minas Gerais.



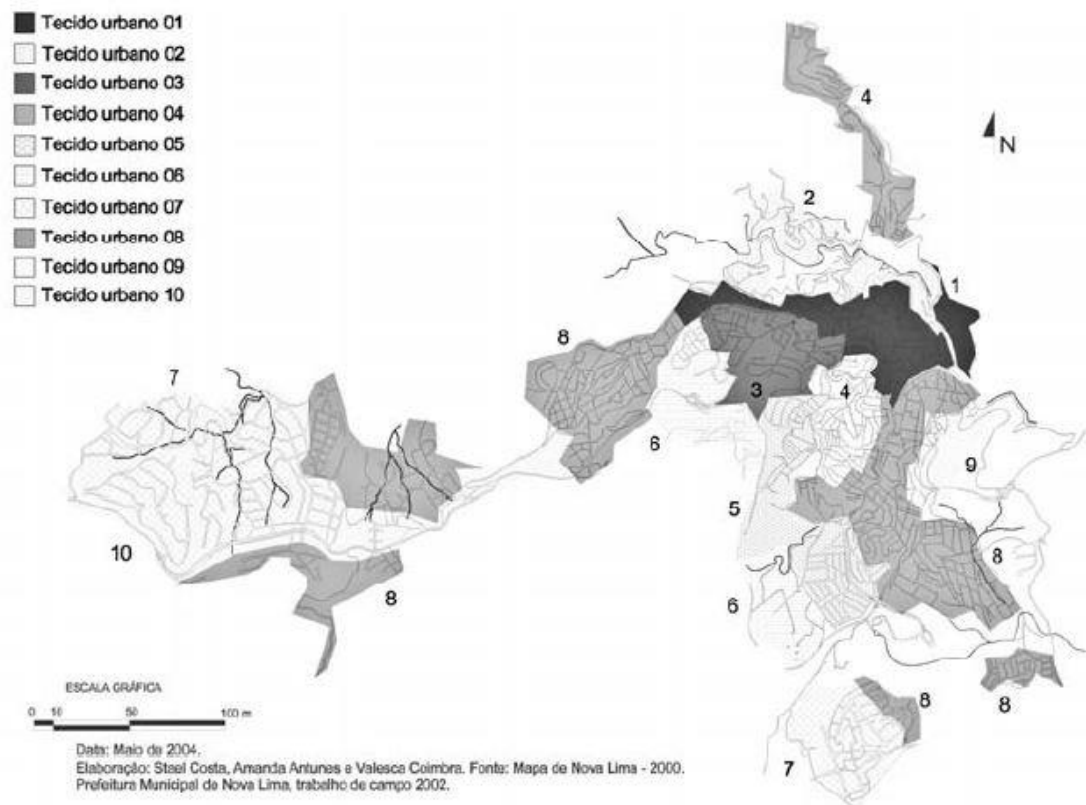
Fonte: Costa e Netto (2015).

ANEXO D: Mapa com a estrutura urbana de Nova Lima, Minas Gerais.



Fonte: Costa (2008).

ANEXO E: Mapa com os tecidos urbanos de Nova Lima, Minas Gerais.



Fonte: Costa (2008).